

Revista

DIALOGOS

Pesquisa em Extensão Universitária



Tema: EXTENSÃO CURRICULARIZADA

Compartilhar saberes para transformar vidas

24

ISSN 1677-8898
Setembro de 2025

Revista **DIALOGOS**

ISSN 1677-8898

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE BRASÍLIA

Reitor

Carlos Longo, PhD

Pró-Reitora Acadêmica

Profa. Dra. Sílvia Keli de Barros Alcanfôr

Pró-Reitor de Identidade e Missão

Pe. Me. Isaac Celestino de Assis, CSS

Pró-Reitor de EAD

Prof. Me. Felipe de Assis Zaremba

Pró-Reitor Administrativo

Prof. Dr. Leonardo Antonio Galvani de Souza

REVISTA DIALOGOS

Editor-Chefe

Prof. Me. José Ivaldo Araújo de Lucena

Editora-Gerente

Profa. Dra. Rafaela Nunes Marques Mól

Editores de Seção

Prof. Dr. Renato de Oliveira Brito (UCB)

Profa. Dra. Sílvia Keli de Barros Alcanfor (UCB)

Prof. Dr. Alexandre Anselmo Guilherme (PUC/RS)

Prof. Dr. Luís Paulo Leopoldo Mercado (UFAL)

Prof. Dr. Célio da Cunha (UCB)

Prof. Me. Flávio Alves Barbosa (UEG)

Prof. Dra. Flávia Martinelli Ferreira (FEF/UNICAMP)

CONSELHO EDITORIAL

Claudia Mendonça Magalhães Gomes
Garcia (UCB)

Flávia Martinelli Ferreira (Unicamp)

José Ivaldo Araújo de Lucena (UCB)

Juliana Araújo Ribeiro (UCB)

Laercio dos Santos (UCB)

Neuza Moreira de Matos (UCB)

Priscilla Maria Silva dos Santos (UCB)

Rafaela Nunes Marques Mól (UCB)

EDIÇÃO

Revisão

Rafaela Nunes Marques Mól

Projeto gráfico e diagramação

Arisson Tavares

A Revista Dialogos foi criada em 2002, inicialmente com a finalidade de divulgar projetos e ações promovidos pela Pró-Reitoria de Extensão da Universidade Católica de Brasília. Com este escopo publicou suas primeiras 8 edições. A partir de agosto de 2008 o periódico mudou sua linha editorial instituindo mudanças significativas visando a ampliar seu foco de ação para melhor contribuir com a divulgação do conhecimento acadêmico e científico que é produzido “sobre” e “por meio” da Extensão Universitária. Com isto, a Revista Dialogos passou a ser, no cenário nacional brasileiro, um efetivo espaço de diálogo com a academia presente no sistema de ensino superior, seja por meio da publicação de artigos, políticas e projetos de pesquisadores e instituições de diferentes áreas do conhecimento, seja por meio da cobertura de eventos significativos para a educação superior no Brasil.

EDITORIAL

EXTENSÃO CURRICULARIZADA: COMPARTILHAR SABERES PARA TRANSFORMAR VIDAS

A extensão universitária representa, historicamente, a concretização da responsabilidade social das Instituições de Ensino Superior (IES) ao promover o compartilhamento dos saberes produzidos no ambiente acadêmico com as comunidades sob sua influência.

Com a publicação da Resolução nº 07, de 18 de dezembro de 2018, a extensão universitária passou a ocupar papel central na formação acadêmica, ao estabelecer que, no mínimo, 10% da carga horária total dos cursos de graduação seja dedicada a programas e projetos de extensão.

Nesse contexto, “curricularizar” a extensão pode implicar de modo transversal no processo de inclusão de atividades/ações de extensão no currículo dos cursos, levando em consideração a indissociabilidade do tripé Ensino-Pesquisa-Extensão para a formação integral dos estudantes.

Embora a curricularização da extensão tenha ressignificado a relação entre as instituições de ensino superior e a sociedade, sua implementação ainda enfrenta desafios significativos. Entre os principais, destacam-se: a superação da visão reducionista da extensão como mera exigência burocrática, em que as evidências formais se sobrepõem aos processos de ensino e aprendizagem; o estímulo ao engajamento docente, ao protagonismo discente e ao acolhimento por parte das comunidades envolvidas; a ausência de uma compreensão mais profunda sobre o papel da extensão na formação humana e profissional dos discentes; e a necessidade de assegurar que as atividades extensionistas estejam alinhadas aos objetivos formativos dos cursos.

Nas universidades, a responsabilidade social está atrelada normalmente à extensão universitária, por sua relação com a sociedade juntamente com o ensino e a pesquisa. De todo modo, a concepção de responsabilidade social deve ir além das ações específicas da extensão universitária, haja vista que todo o processo educacional deve ser implementado de forma sistêmica e indissociável. É por essa razão que a extensão é definida como “o princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, é um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre Universidade e outros setores da sociedade” (Forproex, 2012, p. 28).

Nesse contexto, a extensão tem como premissa que a aprendizagem, individual e coletiva, reconhece a necessidade de se envolver de forma cognitiva e emocional para cultivar o conhecimento, a capacidade de transformar o conhecimento em ação e a disposição para agir (Unesco, 2022).

As práticas pedagógicas extensionistas são fecundas em experiências, reflexões e estudos, fundamentadas, como afirmava Freire (1983), em uma práxis libertadora, orientada pela ação e pela reflexão que, por sua vez, gera uma ação consciente e transformadora. O professor, nessa concepção emancipadora de educação, é aquele que ensina-aprende e aprende-ensina, juntamente com os estudantes e a comunidade na qual estão inseridos

enquanto territórios extensionistas propícios para a realização de projetos com vistas a transformação social. Nesse contexto, “tanto os professores como os estudantes são transformados por meio do encontro pedagógico à medida que aprendem uns com os outros” (Unesco, 2022, p. 61).

A partir dessa compreensão e ao conectar com o espaço educativo, as pedagogias que permeiam a extensão universitária devem ter como fundamento o respeito, a inclusão, o pertencimento, a construção da paz e a transformação de conflitos, incentivando os estudantes a sentarem-se lado a lado e trabalharem juntos (Unesco, 2022).

A extensão universitária é, por natureza, um espaço de encontro entre saberes acadêmicos e conhecimentos populares, no qual a reflexão é o primeiro passo para compreender a realidade e intervir nela de forma crítica. Compartilhar saberes não é apenas transmitir conteúdos, mas construir pontes entre diferentes formas de conhecimento, reconhecendo a diversidade cultural, social e territorial dos sujeitos envolvidos.

Os textos que integram o volume de número 24 da revista Dialogos trazem experiências de docentes de instituições de ensino superior que abordam a extensão curricularizada em variados contextos e cursos. Cada texto, ancorado em fundamentos teóricos e vivências práticas, reforça o papel transformador da extensão curricularizada e seu impacto social.

Este volume marca o retorno da Revista Dialogos, depois de um período de pausa, em meio a discussões calorosas nas IES sobre variadas estratégias para a implementação e fomento da extensão curricularizada no âmbito de seus cursos de graduação e pós-graduação.

Deste modo, temos o prazer de convidar você, leitor e leitora, a mergulhar nestas páginas e a refletir conosco sobre os caminhos possíveis para uma extensão curricularizada com responsabilidade social. Excelente leitura!

José Ivaldo Araújo de Lucena
Editor-chefe da Revista Dialogos

Referências:

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação – PNE 2014–2024. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 19 dez. 2018. Seção 1, p. 49. Disponível em: ABMES – Resolução nº 7/2018.

FORPROEX. Fórum de Pró-Reitores das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras. **Política Nacional de Extensão Universitária**. Disponível em: <https://proex.ufsc.br/files/2016/04/Política-Nacional-de-Extensão-Universitária-e-book.pdf>
Acesso em: 22 abr. 2024.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 13ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO). **Reimaginar os nossos futuros juntos: um novo contrato social para a educação**. Brasília, DF, 2022. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000381115>
Acesso em: 24 abr. 2024.



ÍNDICE

Apresentação **6**

Artigos e Relatos de Experiências

-  A Extensão Universitária na pós-graduação: construindo pontes para a transformação social **8**
-  Avaliação do perfil de saúde bucal de imigrantes e refugiados assistidos por uma universidade privada do Distrito Federal **22**
-  Intervenções de enfermagem na promoção de oficinas de motricidade e cognição em uma instituição de longa permanência para idosos do Distrito Federal **38**
-  Projeto Uma Só Saúde DF: conectando saberes e transformando realidades por meio da Extensão Universitária **62**
-  A experimentação como ferramenta para alfabetização científica no ensino fundamental **75**

APRESENTAÇÃO

Os textos reunidos e publicados no volume 24, n.1, 2025, da Revista Dialogos, compõem um conjunto diverso de reflexões, pesquisas e experiências voltadas à compreensão e ao aprimoramento de ações extensionistas no Ensino Superior. Cada contribuição oferece perspectivas singulares sobre os desafios e possibilidades da Extensão Universitária em variados cursos superiores, articulando fundamentos teóricos, análises críticas e relatos de vivências que reforçam o papel transformador de ações extensionistas tanto na vida dos estudantes quanto das comunidades impactadas. Tal fator potencializa a força da extensão na composição do tripé ensino e pesquisa.

O artigo **“A Extensão Universitária na pós-graduação: construindo pontes para a transformação social”** utilizou a abordagem qualitativa de natureza interpretativo crítica para discutir a transição paradigmática na pós-graduação stricto sensu brasileira em relação ao seu engajamento com a extensão e a transformação social. Também, identifica e discute os argumentos centrais sobre a importância da extensão na pós-graduação.

Por meio de um estudo descritivo transversal, o artigo **“Avaliação do perfil de saúde bucal de imigrantes e refugiados assistidos por uma universidade privada do Distrito Federal”** objetivou analisar o perfil de saúde bucal de imigrantes e refugiados por meio de ação extensionista que utiliza o português como língua de acolhimento, o qual proporciona a melhoria das condições de vida desse grupo.

Ainda na área da saúde, temos o relato de experiência **“Intervenções de enfermagem na promoção de oficinas de motricidade e cognição em uma instituição de longa permanência para idosos do Distrito Federal”** descreveu os benefícios de oficinas lúdicas de enfermagem para estimular cognição, motricidade, autoestima e vínculo social para o público idoso. As atividades incluíram jogos, música, dança, arte e autocuidado.

O artigo **“Projeto Uma Só Saúde DF: conectando saberes e transformando realidades por meio da Extensão Universitária”** utilizou de metodologias qualitativas com base em observação participante e não participante para descrever e analisar oficinas educativas, rodas de conversa, entrevistas e análise de campo. As ações foram realizadas em escolas públicas, centros comunitários e abrigos, com envolvimento direto de estudantes de graduação, docentes, representantes do terceiro setor e órgãos públicos.

Com atuação na Educação Básica, o relato de experiências intitulado **“A experimentação como ferramenta para alfabetização científica no ensino fundamental”** relatou o projeto de extensão "Pequenos GRANDES Cientistas", cujo objetivo foi motivar estudantes de 6 a 7 anos a desenvolver experimentos aplicando o método científico e contribuir para a desmistificação da ciência.

Os artigos e relatos retratados e publicados neste volume reforçam o quanto a extensão universitária é um pilar fundamental para o ensino superior, pois ela conecta a universidade com a comunidade, promovendo uma troca de saberes que beneficia a todos. Ao levar o conhecimento acadêmico para além dos muros da instituição, a extensão permite que estudantes e professores apliquem teorias em situações reais, desenvolvendo habilidades práticas, senso crítico e responsabilidade social. Essa interação enriquece a formação dos alunos, que passam a compreender o impacto de sua futura profissão na sociedade. Além disso, a extensão também possibilita que a universidade identifique as demandas sociais, ajustando suas pesquisas e currículos para serem mais relevantes e eficazes na resolução de problemas do mundo real.

Boa leitura!

Equipe Editorial da Revista Dialogos

A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NA PÓS-GRADUAÇÃO: CONSTRUINDO PONTES PARA A TRANSFORMAÇÃO SOCIAL

UNIVERSITY EXTENSION IN POSTGRADUATE EDUCATION: BRIDGING ACADEMIA AND SOCIAL TRANSFORMATION

Fabiana Casarin¹

Silvia Keli de Barros Alcanfor²

RESUMO

A prática extensionista, historicamente vinculada aos cursos de graduação, tem apresentado crescente relevância na pós-graduação *stricto sensu*. A incorporação dessas ações nos programas de pós-graduação exige a superação de modelos acadêmicos tradicionais e uma transformação cultural que reconheça essas práticas como centrais na construção do conhecimento. Nesse contexto, tem-se o desafio de integrar as práticas extensionistas às atividades de pesquisa em programas *stricto sensu* de forma tal que venham complementar a formação dos pós-graduandos sem parecer uma atividade adjacente ao de pesquisar. Por meio de uma análise reflexiva que discutiu a transição paradigmática na pós-graduação *stricto sensu* brasileira em relação ao seu engajamento com a extensão e a transformação social, foi possível identificar e discutir os argumentos centrais sobre a importância da extensão na pós-graduação. Após análise dos portfólios de pesquisa dos Programas de Pós-Graduações (PPGs), da Universidade Católica de Brasília (UCB), verificou-se que os programas de Ciências Genômicas e Biotecnologia, Educação e Políticas Públicas apresentavam uma interface comum com a educação básica, o que poderia possibilitar a aplicação das pesquisas acadêmicas como ferramentas práticas para a educação básica. Portanto, integrar programas de extensão a pesquisas em desenvolvimento nos PPGs de forma transversal pode ser uma forma de vencer o desafio de transcender os limites da pesquisa acadêmica e assumir um papel mais abrangente na promoção da transformação social, proporcionando aos pós-graduandos o desenvolvimento de competências fundamentais como pensamento crítico, criatividade e resolução de desafios práticos.

PALAVRAS-CHAVE: Extensão Universitária; Pós-graduação *stricto sensu*; Justiça social; Desenvolvimento regional; Políticas públicas.

¹ Fabiana Casarin – Doutora em Química (UnB); pós-doutoranda na Universidade Católica de Brasília (UCB); pós-doutorado na Universidade de Brasília (UnB); professora da UCB. E-mail: fabiana.casarin@p.ucb.br

² Silvia Keli de Barros Alcanfor – Doutora em Química, Pró-Reitora Acadêmica e docente da Universidade Católica de Brasília (UCB). E-mail: alcanfor@p.ucb.br

ABSTRACT

This article analyzes the integration of university extension practices into Brazil's *stricto sensu* postgraduate programs, emphasizing their relevance in civic education, addressing social inequalities, and strengthening the social role of universities. Based on documentary and bibliographic analysis, the study discusses the legal framework establishing the inseparability of teaching, research, and extension, as well as the institutional and cultural challenges to embedding extension activities in postgraduate curricula. It highlights practical experiences from the Catholic University of Brasília, including interdisciplinary projects focused on basic education, digital inclusion, and pedagogical innovation. The results demonstrate that the articulation between applied research and extension can lead to measurable social transformation, particularly in contexts of socioeconomic vulnerability. The study concludes that consolidating permanent support structures and formally recognizing extension as an integral academic activity are strategic steps toward promoting socially engaged postgraduate education aligned with 21st-century societal demands.

KEYWORDS: university extension; *stricto sensu* postgraduate education; social justice; regional development; public policies.

INTRODUÇÃO

Historicamente associada aos cursos de graduação, a prática extensionista tem ganhado crescente relevância na pós-graduação *stricto sensu*. Essa expansão amplia o potencial formativo dos programas, capacitando profissionais não apenas para a pesquisa, mas também para gerar conhecimento aplicável e promover impacto social direto (Fontenele, 2024; Moita; Andrade, 2009). Nesse contexto, as ações acadêmicas voltadas à comunidade emergem como elementos transformadores, influenciando tanto o desenvolvimento dos pós-graduandos quanto as realidades locais (Tempesta *et al.*, 2022). A própria noção de produção de conhecimento na pós-graduação vem sendo redefinida, valorizando-se cada vez mais sua conexão com as demandas sociais (Nóbrega, 2023).

A indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, princípio consagrado na Constituição Federal de 1988 e detalhado na Resolução CNE/CES nº 7/2018, (Brasil, Conselho Nacional de Educação, 2018) adquire contornos ainda mais significativos na pós-graduação. É nesse nível que se espera uma contribuição mais robusta das universidades para o desenvolvimento social e o enfrentamento das profundas desigualdades regionais que marcam o país (Nunes; Pereira; Pinho, 2017; Paro, 2021).

Contudo, a efetiva incorporação da extensão nos programas de pós-graduação *stricto sensu* demanda mais do que ajustes curriculares; exige a superação de modelos acadêmicos historicamente focados na produção científica tradicional e uma genuína transformação cultural (Cristofolletti; Serafim, 2020). Tal mudança implica reconhecer as práticas extensionistas como parte central e indissociável da construção do conhecimento, permitindo que a universidade transcenda o papel de mero centro de produção científica para se consolidar como agente ativo na construção de uma sociedade mais justa e sustentável (Pereira Neto *et al.*, 2023). Essas atividades, quando bem articuladas, promovem transformações sociais relevantes e contribuem para a formação integral dos discentes (Silveira; Ferreira, 2024; Spânu; Ulmeanu; Doicin, 2024).

O cenário contemporâneo, complexo e marcado por persistentes desigualdades sociais, crises ambientais e rápidas transformações econômicas, clama por uma universidade mais permeável e responsiva às realidades locais (Carvalho; Stampa; Santana, 2020). A pós-graduação *stricto sensu*, tradicionalmente voltada à especialização e à pesquisa de ponta, enfrenta assim o desafio de ampliar seus horizontes, assumindo um papel mais explícito na promoção da transformação social e no fortalecimento do desenvolvimento regional (Viana; Santos; Basso, 2017) Viana, Santos e Basso, 2017). Iniciativas como a Portaria Conjunta CAPES/SESu nº 1/2023, que incentiva a inclusão de práticas extensionistas nos programas, refletem esse movimento e reforçam a relevância social da pós-graduação (CAPES, 2024).

Para que essa integração seja efetiva, é crucial alinhar as práticas acadêmicas às demandas concretas da sociedade, superando modelos convencionais (Almeida *et al.*, 2023; Fontenele, 2024). Como defendem Souza e colaboradores (2020), a universidade deve se constituir como espaço de emancipação e construção colaborativa de saberes. Essa perspectiva dialoga com o pensamento de Freire, (2011), que concebe a educação como prática de liberdade, viabilizada pela interação dialógica entre academia e comunidade. Além disso, a participação em ações extensionistas desenvolve nos pós-graduandos competências transversais essenciais, como pensamento crítico, criatividade e capacidade de resolução de problemas práticos (Ribeiro; Forte, 2019) .

Apesar dos avanços normativos e de algumas iniciativas promissoras, a plena incorporação da extensão na pós-graduação ainda esbarra em barreiras institucionais e culturais significativas. Uma resistência histórica tende a relegar as práticas extensionistas a um lugar secundário em relação à pesquisa "pura" (Fontenele, 2024; Freire, Ann Mary Menezes et al., 2023; Silveira; Ferreira, 2024). Superar essa visão exige um reconhecimento institucional robusto dessas ações como fundamentais para a produção de conhecimento relevante (Castro; Porto, 2016). A própria CAPES, ao reforçar o impacto social como critério de avaliação, sinaliza uma mudança de perspectiva sobre o papel da pós-graduação na promoção do desenvolvimento, da equidade e da sustentabilidade (Fiorentin *et al.*, 2024; Viana; Santos; Basso, 2017).

Diante desse contexto desafiador e da crescente demanda por uma universidade socialmente engajada, o objetivo geral deste artigo é analisar a integração da extensão universitária nos programas de pós-graduação *stricto sensu* no Brasil, discutindo seu potencial como ferramenta para a transformação social e o desenvolvimento regional. Para alcançar este propósito, delineamos os seguintes objetivos específicos: Contextualizar a transição paradigmática da pós-graduação *stricto sensu* brasileira em relação ao seu engajamento social; Examinar o arcabouço legal e normativo que sustenta a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão; Identificar os desafios e as potencialidades da incorporação transversal da extensão nas atividades de pesquisa da pós-graduação, utilizando como exemplo programas da UCB; e Argumentar sobre como essa integração pode complementar a formação dos pós-graduandos e promover impacto social significativo, especialmente na interface com a educação básica. O artigo está estruturado da seguinte forma: após esta introdução, a seção de desenvolvimento aprofunda a discussão sobre o panorama atual, o referencial legal e os desafios da extensão na pós-graduação. A metodologia descreve a abordagem reflexiva e a análise documental realizadas. A seção de resultados e discussão apresenta a análise das experiências da UCB, ilustrando a aplicação

prática da integração proposta. Por fim, a conclusão sintetiza os argumentos e reforça o papel transformador da extensão universitária na pós-graduação.

DESENVOLVIMENTO

A pós-graduação *stricto sensu* no Brasil consolidou-se como um espaço voltado à produção científica, excelência acadêmica e formação de pesquisadores, priorizando a publicação científica e a produtividade intelectual (Brito *et al.*, 2021; Moita; Andrade, 2009). No entanto, as transformações sociais, econômicas e ambientais das últimas décadas exigem que esse modelo expanda seu compromisso com a justiça social, a inclusão educacional e o desenvolvimento sustentável (Bonassina; Kuroshima, 2021; Felix, 2025).

Frente às desigualdades históricas do país, aos impactos da pandemia de COVID-19 na educação e aos retrocessos em políticas públicas, as universidades enfrentam o desafio de construir vínculos mais sólidos com as realidades locais. Nesse cenário, a interação com as comunidades surge como uma via concreta para democratizar o conhecimento e enfrentar as demandas sociais urgentes (Fiorentin *et al.*, 2024). Essa articulação, relevante à luz das diretrizes da Portaria Conjunta CAPES/SESu nº 1/2023, que estabelece o Programa de Extensão Universitária da Pós-Graduação (PROEXT-PG), visa integrar práticas extensionistas aos programas de pós-graduação, promovendo uma articulação mais estreita entre ensino, pesquisa e as necessidades sociais do Brasil (Brasil, Secretaria de Educação Superior, 2024).

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (Art. 207) já previa a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, princípio aprofundado pela Resolução CNE/CES nº 7/2018, que estabelece a curricularização dessas práticas nas instituições de ensino superior, estimulando a participação ativa da comunidade acadêmica em ações com impacto direto na sociedade (Brasil, Conselho Nacional de Educação, 2018). Estudos como o de Brito *et al.* (2021) indicam que a implementação dessa política, principalmente na pós-graduação, ainda enfrenta desafios consideráveis, como a falta de modelos pedagógicos integrados e a resistência de docentes que geralmente encaram essa abordagem como atividade adicional, não essencial.

Em âmbito internacional, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU (2015–2030) e a Agenda 2030 convocam as universidades a atuar estrategicamente na promoção da equidade, sustentabilidade e justiça social, contribuindo com soluções para desafios globais a partir da inserção territorial e da produção de conhecimento aplicado (ONU, 2015). Além disso, o Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG 2021–2030) já destacava a necessidade de fortalecer os vínculos entre pesquisa e realidade social, superando a lógica de uma produção acadêmica desvinculada dos problemas concretos do país (Brasil, 2022). A Agenda 2030 reforça a ideia de que as instituições de ensino superior devem contribuir com soluções para desafios globais a partir de sua inserção territorial e produção de conhecimento aplicado (Biancardi *et al.*, 2023).

Nesse contexto de transição paradigmática, a pós-graduação é chamada a ampliar a sua função social e a se articular mais organicamente com ações acadêmicas voltadas à comunidade, contribuindo para o desenvolvimento regional e a transformação social. Ao integrar iniciativas de impacto territorial ao cotidiano acadêmico, a pós-graduação brasileira se posiciona como protagonista na construção de soluções inovadoras para os desafios locais e globais, promovendo o desenvolvimento sustentável e o bem-estar social.

As práticas universitárias direcionadas ao envolvimento comunitário, conforme Freire, (2011), devem ser entendidas como ações dialógicas e transformadoras e não como uma simples transferência unidirecional de saberes. Esse entendimento é retomado por autores como Freitas e Souza (2018) e Ribeiro e Forte (2019), que destacam seu papel emancipador e seu potencial para conectar a universidade à sociedade por meio da escuta, respeito aos saberes populares e da intervenção crítica na realidade.

Sob a ótica formativa, a conexão entre universidade e território social permite aos pós-graduandos desenvolverem competências transversais, como pensamento crítico, compromisso ético-social, capacidade de atuação interdisciplinar e sensibilidade para os problemas concretos da população.

Nesse contexto tem-se o desafio de integrar as práticas extensionistas às atividades de pesquisa em programas *stricto sensu* de forma tal que venham complementar a formação dos pós-graduandos sem parecer uma atividade adjacente ao de pesquisar, superando a fragmentação entre ensino, pesquisa e iniciativas conectadas à sociedade.

METODOLOGIA

O presente artigo configura-se como uma análise reflexiva que discute a transição paradigmática da pós-graduação *stricto sensu* brasileira em relação ao seu engajamento com a extensão e a transformação social. Para examinar esse processo, adotou-se uma abordagem qualitativa de natureza interpretativa crítica, adequada à compreensão de fenômenos sociais complexos e dinâmicos (Bowen, 2009; Creswell, 2014). O recorte analítico ancora-se na prática reflexiva do pesquisador, entendida como um movimento contínuo de *reflection in action* e *on action* (Schön, 1991) e aprofundada no campo educacional por Santiago e colaboradores (2016). Essa perspectiva possibilita articular experiência profissional, evidências empíricas e referenciais teóricos, iluminando tensões e potencialidades da integração entre extensão e pós-graduação.

A primeira fase metodológica compreendeu uma revisão bibliográfica sistematizada, realizada nas bases de dados científicos, com foco em publicações datadas entre 2009 e 2024. Para identificar os trabalhos relevantes, utilizou-se uma estratégia de busca baseada na combinação booleana de termos-chave em português e inglês. A seleção dos registros obedeceu a critérios de inclusão específicos: ser texto revisado por pares (artigo, livro ou tese), possuir pertinência temática direta com a relação extensão-pós-graduação e ter disponibilidade integral para consulta. O processo subsequente de identificação, triagem, elegibilidade e inclusão final dos estudos foi conduzido mediante uma adaptação do protocolo PRISMA 2020 (Page et al., 2021) PRISMA 2020 (Page et al., 2021), resultando em um corpus. As etapas de levantamento, fichamento e análise crítica deste material bibliográfico foram metodologicamente orientadas pelas abordagens propostas por Gil, (2022).

Esta etapa seguiu o protocolo de pesquisa documental proposto por Cellard (2008) e Bowen (2009). O corpus (n=18) foi composto por quatro grupos de documentos: Normativas fundamentais – Constituição Federal de 1988 (art. 207) e Resolução CNE/CES n.º 7/2018; Políticas de fomento – PNPG 2011-2020, PNPG 2021-2030 (Brasil, 2022) e Portaria CAPES/SESu n.º 1/2023 (PROEXT PG); Diretrizes internacionais – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ONU); Relatórios e descrições públicas de projetos de extensão da UCB, disponíveis na página institucional, entre eles o Projeto Alpha, o PAC Digital

e iniciativas em escolas rurais.

Validação e organização. Cada documento foi examinado quanto a: autenticidade, credibilidade, representatividade e significância. Os arquivos foram mantidos em PDF pesquisável ou no formato digital original e registrados em uma planilha de controle que inclui título, ano, categoria, procedência e anotações iniciais.

Pró-análise e indexação. Procedeu-se a uma leitura exploratória integral, com anotações marginais e seleção de trechos relevantes em fichas de leitura. Em seguida, elaborou-se um quadro síntese (Excel/Google) no qual cada excerto recebeu códigos descritivos provisórios — por exemplo: “avaliação CAPES”, “impacto social” ou “autonomia universitária”. Esses códigos preliminares fundamentam a codificação temática aprofundada que será detalhada na Fase 3.

Na etapa de análise reflexiva, todo o material bibliográfico e documental foi submetido a Análise de Conteúdo temática de (Creswell, 2014) articulada à prática reflexiva do pesquisador. O procedimento ocorreu em quatro movimentos encadeados. Primeiro, realizou-se uma leitura flutuante de todo o corpus para captar uma visão global e confirmar a pertinência dos códigos provisórios criados na fase anterior; desse exercício resultou um mapa conceitual preliminar que registrou ideias força e relações iniciais. Em seguida, iniciou-se a codificação aberta: frases, parágrafos e trechos normativos foram destacados em planilhas eletrônicas, receberam rótulos descritivos e foram associados ao documento de origem, indicando página ou linha. Para reforçar a confiabilidade, dois pesquisadores codificaram de forma independente uma amostra de vinte por cento do material e discutiram as divergências até alcançar consenso. No terceiro movimento, os códigos foram fundidos, renomeados e hierarquizados em quatro eixos analíticos – desafios institucionais, modelos de integração, potencial formativo e impacto social – cada qual acompanhado dos excertos originais, notas analíticas e referências cruzadas à literatura. O quarto movimento consistiu em inferir e interpretar os achados: os dados foram contrastados com a revisão teórica e com registros de diário reflexivo mantidos ao longo do estudo produzindo uma síntese crítica sobre a transição paradigmática da pós-graduação *stricto sensu* brasileira em relação à extensão (Bowen, 2009; Creswell, 2014). Por fim, aplicaram-se os critérios de credibilidade, transferibilidade e dependabilidade propostos por (Velloso e Tizzoni, (2020), garantindo transparência e solidez aos resultados.

RESULTADOS ALCANÇADOS

Em primeira análise, uma proposta para inserir a extensão no *stricto sensu* pode ser a criação de um projeto específico, baseado em uma intervenção na sociedade, com a participação de estudantes de pós-graduação. Nesse caso, as atividades de extensão correm o risco de se tornar um mero apêndice das atividades de pesquisa. Uma alternativa seria integrar uma necessidade social a um único programa *stricto sensu*, envolvendo apenas os pós-graduandos desse programa. Em ambas as situações, a extensão acaba sendo introduzida na pós-graduação *stricto sensu* de forma isolada.

Superando esses modelos isolados, uma estratégia mais promissora consiste na integração das práticas extensionistas às atividades de pesquisa, idealmente no âmbito de um mesmo projeto investigativo, exercitando a indissociabilidade preconizada (Moita; Andrade, 2009). Embora represente um avanço ao vincular extensão e pesquisa, essa

abordagem ainda corre o risco de restringir-se aos limites disciplinares ou programáticos de um único programa *stricto sensu*, o que pode limitar tanto o escopo da intervenção social quanto o necessário diálogo entre diferentes expertises para abordar problemas sociais complexos (Carvalho; Stampa; Santana, 2020). Diante disso, e para superar o caráter periférico da extensão, emerge a relevância de buscar uma transversalidade efetiva, como observado na UCB, que passou a articular as práticas extensionistas diretamente com os projetos de pesquisa entre seus diferentes programas. Nessa concepção, a extensão deixa de ser um esforço isolado para tornar-se um eixo formativo, sendo a interdisciplinaridade — entendida como convergência de expertises, metodologias e objetivos (Nóbrega, 2023) — o princípio norteador que permite transformar resultados acadêmicos em respostas concretas às demandas da sociedade (Bonassina; Kuroshima, 2021; Paro, 2021).

A análise dos portfólios dos programas de Ciências Genômicas e Biotecnologia, Educação e Políticas Públicas da UCB revelou uma convergência substantiva com demandas da educação básica do Distrito Federal. Essa interseção abre espaço para transformar os resultados acadêmicos em ferramentas pedagógicas concretas, com impacto direto nas escolas locais (VIANA *et al.*, 2017). Ao articular extensão, pesquisa e formação em um mesmo movimento, a universidade cumpre o princípio da indissociabilidade sem impor carga adicional aos pós graduandos (Moita; Andrade, 2009; Silveira; Ferreira, 2024).

Essa integração já se materializa em projetos conjuntos dos três PPGs. De um lado, iniciativas de biotecnologia aplicada ao ensino de ciências levam experimentos laboratoriais simplificados às salas de aula, aproximando teoria e prática (Ribeiro; Forte, 2019). De outro, polos tecnológicos de inclusão e alfabetização digital instalam conectividade e equipamentos em escolas vulneráveis, unindo expertise em tecnologia educacional, pedagogia e análise de políticas públicas. Em ambos os casos, a interdisciplinaridade e a transversalidade deixam de ser conceitos abstratos para se converter em ações capazes de gerar benefícios educacionais e sociais mensuráveis.

A operacionalização concreta da interdisciplinaridade, fruto da colaboração entre diferentes áreas, é observada em programas de alfabetização digital que implementam Polos Tecnológicos, dotados de infraestrutura de conectividade via satélite e energia solar. Essas intervenções, particularmente relevantes em contextos de vulnerabilidade socioeconômica e isolamento geográfico, como as escolas rurais e periféricas, transcendem as limitações preexistentes de acesso à tecnologia, democratizando o acesso à informação e a recursos pedagógicos inovadores. A experiência do Centro de Ensino Sonhém de Cima, na Fercal, conforme o relato de sua diretora, evidencia o papel crucial da conectividade estável na otimização do planejamento pedagógico e na efetiva implementação de práticas educativas mediadas por tecnologia, refletindo um compromisso institucional com a inovação educacional (FAP-DF, 2023).

O apoio da Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal (FAP-DF) nessas iniciativas reforça a relevância da pesquisa aplicada na concepção de soluções pragmáticas para os desafios da educação pública. Essa articulação demonstra a capacidade da extensão universitária, quando integrada à pesquisa financiada, em mitigar as desigualdades educacionais, ao proporcionar oportunidades de inclusão digital para comunidades historicamente marginalizadas no acesso a recursos tecnológicos (FAP-DF, 2024).

Ademais, a biotecnologia emerge como um vetor de fortalecimento do ensino de ciências,

promovendo a aproximação entre o conhecimento teórico e a experimentação laboratorial. A imersão dos docentes em ciclos práticos, como a extração de DNA, configura-se como uma metodologia inovadora que possibilita a transposição direta dos conceitos científicos para o ambiente de ensino. Essa abordagem contribui para uma formação docente mais holística, em que a compreensão conceitual se articula com a aplicação prática, dinamizando o processo de ensino-aprendizagem (Souza, *et al.*, 2020).

Essa transversalidade epistemológica entre a biotecnologia, as políticas públicas e a educação revelam seu potencial na geração de respostas inovadoras aos complexos desafios educacionais. Projetos que implementam polos tecnológicos não apenas capacitam professores e alunos em habilidades digitais, mas também fomentam a integração de tecnologias digitais nas atividades pedagógicas cotidianas, cultivando competências transversais essenciais, como o pensamento crítico e a resolução de problemas. Consequentemente, essas iniciativas não apenas impulsionam a inclusão digital, mas também catalisam a transformação das práticas educativas (Souza, *et al.*, 2020).

A inclusão digital, um dos pilares desses projetos, demonstra sua importância capital na redução das disparidades educacionais. Ao prover acesso à tecnologia e à informação, especialmente em contextos de vulnerabilidade socioeconômica e isolamento geográfico, esses programas possibilitam que os educadores adquiram as competências digitais necessárias para a formação de alunos mais bem preparados para as demandas do século XXI. Outrossim, a capacitação docente se revela fundamental para a atualização das metodologias pedagógicas, alinhando-as às exigências de um mundo cada vez mais mediado pela tecnologia (Santos; Andrade Santos, 2019).

Diante dessas experiências, a ampliação de iniciativas bem-sucedidas, como o Projeto Alpha: Piloto de uma escola inovadora e o Projeto de Alfabetização Cidadã Digital (PAC Digital), para um espectro maior de instituições de ensino, especialmente em contextos de vulnerabilidade socioeconômica e isolamento geográfico, é fundamental para maximizar o impacto social da extensão universitária (UCB, 2024). A disseminação desses projetos possibilita que um número crescente de educadores e estudantes se beneficiem de metodologias de ensino inovadoras e de experiências práticas de laboratório, promovendo uma educação mais equitativa e acessível. A expansão dessas iniciativas pode ser realizada por meio da articulação com políticas públicas locais, ampliando a implementação de polos tecnológicos em mais regiões, especialmente nas áreas rurais e periféricas.

Em síntese, a integração sinérgica entre ensino, pesquisa e extensão exerce um impacto transformador na educação básica. Ao fomentar a inclusão digital e capacitar os educadores, esses programas não apenas ampliam o acesso a uma educação de qualidade, mas também habilitam as comunidades para um futuro mais sustentável. A continuidade e a expansão dessas iniciativas são imperativas para garantir que um número crescente de instituições de ensino, particularmente nas áreas rurais e periféricas, possa usufruir de uma educação transformadora e alinhada com as exigências do século XXI. A conexão entre as necessidades da comunidade e as ações de pesquisa e extensão é essencial para o desenvolvimento de soluções sustentáveis que beneficiem toda a sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se, portanto, que integrar a extensão de forma transversal às pesquisas nos programas *stricto sensu* é um caminho promissor e fundamental para superar os limites acadêmicos tradicionais e fortalecer o papel social da universidade, conforme discutido neste artigo. A análise realizada mostrou que modelos isolados subutilizam o potencial da extensão, enquanto abordagens que articulam diferentes programas em torno de demandas sociais concretas, como as da educação básica, revelam-se mais transformadoras, promovendo a interdisciplinaridade e a aplicação prática do conhecimento.

As iniciativas exploradas no contexto da UCB ilustram como essa integração é viável e pode enriquecer a formação dos pós-graduandos – desenvolvendo competências importantes – ao mesmo tempo em que gera impacto social real, como na qualificação da educação básica, sem representar uma sobrecarga desarticulada. Assim, reafirma-se que a incorporação estrutural da extensão é estratégica para a pós-graduação brasileira assumir um protagonismo maior na promoção da transformação social e do desenvolvimento justo.

Contudo, para que essa visão se concretize, são essenciais não apenas novos arranjos curriculares, mas principalmente uma mudança na cultura acadêmica que valorize a extensão, juntamente com apoio institucional e de fomento para sustentar essas práticas. Embora este estudo ofereça importantes insights a partir de um contexto específico, ele reforça a necessidade de ampliar o debate e as políticas de incentivo à extensão na pós-graduação em todo o país, sugerindo que pesquisas futuras investiguem a aplicação e sustentabilidade desses modelos integrados em outras realidades brasileiras.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Fernando; CASALI, Alipio; DOWBOR, Ladislav; RONCA, Antonio Carlos; SANTAELLA, Lucia; VERAS, Maura. Os desafios atuais da universidade: O mundo contemporâneo, as redes de conhecimento e o compromisso da universidade. **TECCOGS: Revista Digital de Tecnologias Cognitivas**, [s. l.], no 26, p. 129–149, dez. 2023. <https://doi.org/10.23925/1984-3585.2022i26p129-149>.

BIANCARDI, Alberto; COLASANTE, Annarita; D'ADAMO, Idiano; DARAIO, Cinzia; GASTALDI, Massimo; URICCHIO, Antonio Felice. Strategies for developing sustainable communities in higher education institutions. **Scientific Reports**, [s. l.], vol. 13, no 1, 1 dez. 2023. DOI 10.1038/s41598-023-48021-8.

Disponível em: <https://www.nature.com/articles/s41598-023-48021-8.pdf>.

Acessado em: 3 abr. 2025.

BONASSINA, Ana Lucia Berno; KUROSHIMA, Katia Naomi. Impactos do Ensino, Pesquisa e Extensão Universitária: Instrumento de Transformação Socioambiental. **Revista Brasileira de educação ambiental**, [s. l.], vol. 16, no 1, p. 163–180, 2021. DOI 10.34024/revbea.2021.v16.10932. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/8537824513641643>. Acessado em: 9 abr. 2025.

BOWEN, Glenn A. Document Analysis as a Qualitative Research Method. **Qualitative Research Journal**, [s. l.], vol. 9, no 2, p. 27–40, 2009. DOI 10.3316/QRJ0902027. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/240807798_Document_Analysis_as_a_Qualitative_Research_Method. Acessado em: 2 abr. 2025.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasil: Senado Federal, 5 out. 1988. Disponível em:

https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/CON1988_05.10.1988/ind.asp

Acessado em: 9 abr. 2025.

BRASIL. Portaria no 113, de 24 de junho de 2022 - Instituir a Comissão responsável pela elaboração do **Plano Nacional de Pós-Graduação-PNPG**, relativo ao decênio 2021-2030. [s. l.], 24 jun. 2022. Disponível em:

<http://www.in.gov.br/autenticidade.html,pelocódigo05292022062700042>

Acessado em: 2 abr. 2025.

BRASIL, Conselho Nacional de Educação. Resoluções CNE/CES 2018 — Ministério da Educação. **Diário Oficial da União, Brasília, DF**, Brasil, , p. 49–52, 18 dez. 2018. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/cne/resolucoes/resolucoes-cne-ces-2018>.

Acessado em: 9 abr. 2025.

BRASIL, Secretaria de Educação Superior. **Ministério da Educação. Programa de extensão na pós-graduação é ampliado**. Brasília: [s. n.], 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/mec>

Acessado em: 13 mar. 2025.

BRITO, Hávila Rachel do Nascimento Gomes; ALVES, Erinaldo Domingos; CRUZ, Erislene Rayanne Moreira; CARNEIRO, Sofia Vasconcelos; BEZERRA, Milena de Holanda Oliveira; CARVALHO, Mariza Maria Barbosa; CÂMARA, Cândida Maria Farias; VIDAL, Andréa Alexandre; CARNEIRO, Stânia Nágila Vasconcelos. Extensão Universitária e Ensino em Saúde: Impactos na Formação Discente e na Comunidade. **Brazilian Journal of Development**, [s. l.], vol. 7, no 3, p. 29895–29918, 2021. <https://doi.org/10.34117/bjdv7n3-622>

CAPES. **Programa de Extensão da Educação Superior na Pós-Graduação (PROEXT-PG)** — CAPES. Brasília, 24 jul. 2024. Disponível em:

<https://www.gov.br/capes/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/bolsas/programa-s-estrategicos/desenvolvimento-regional/programa-de-extensao-da-educacao-superior-na-pos-graduacao-proext-pg/programa-de-extensao-da-educacao-superior-da-pos-graduacao-proext-pg>

Acessado em: 9 abr. 2025.

CARVALHO, Denise Bomtempo Birche de; STAMPA, Inez; SANTANA, Joana Valente. Inserção social nos Programas de Pós-graduação na área de **Serviço Social. Serviço Social & Sociedade**, [s. l.], no 139, p. 415–426, dez. 2020. <https://doi.org/10.1590/0101-6628.220>.

CASTRO, Pedro Marcos Roma de; PORTO, Geciane Silveira. Ensino e pesquisa e nada mais? Uma análise com base em currículos Lattes de pós-doutores egressos da CAPES. **Administração: Ensino e Pesquisa**, [s. l.], vol. 17, no 1, p. 111–146, 2016.

<https://doi.org/10.13058/raep.2016.v17n1.355>.

CRESWELL, John W. **Pesquisa qualitativa e projeto de pesquisa: escolhendo entre cinco abordagens**. trad. Dirceu da Silva Sandra Mallmann da Rosa. 3o ed. Porto Alegre: Penso Editora, 2014.

CRISTOFOLETTI, Evandro Coggo; SERAFIM, Milena Pavan. Dimensões Metodológicas e Analíticas da Extensão Universitária. **Educacao and Realidade**, [s. l.], vol. 45, no 1, 2020. DOI 10.1590/2175-623690670. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/edreal/a/jY9GgBb45W8YhHLQYCggLNt/?format=pdf&lang=pt>

Acessado em: 2 abr. 2025.

FAP DF, Agência Brasília. **Alunos de escolas públicas do DF participam de imersão tecnológica**. Brasília: [s. n.], 27 ago. 2024. Disponível em:

<https://agenciabrasilia.df.gov.br/2024/08/27/alunos-de-escolas-publicas-do-df-participam-de-imersao-tecnologica/>

Acessado em: 2 abr. 2025.

FAP-DF, Agência Brasília. **Projeto fomentado pelo GDF leva internet e computadores a escola rural**. Brasília: [s. n.], 6 jul. 2023. Disponível em:

<https://www.agenciabrasilia.df.gov.br/w/projeto-fomentado-pelo-gdf-leva-internet-e-computadores-a-escola-rural/>

Acessado em: 5 abr. 2025.

FELIX, Rosane Rodrigues. Avanços e Desafios da Extensão na Educação Superior Brasileira.

EDUCAÇÃO EM REVISTA, [s. l.], vol. 26, p. 1–10, 2025. DOI 10.36311/2236-5192.2025.v26.e025002. Disponível em:

<https://doi.org/10.36311/2236-5192.2025.v26.e025002>

FIORENTIN, Kelli; MACHADO, Nelson Santos; CIOTTI, Rogério; ROVEDA, Ana Paula da Silva.

Análise da Gestão da Pós-Graduação Stricto sensu a Partir da Estratégia como Prática Social: A Experiência da Universidade Federal da Fronteira Sul. **Revista de Gestão Social e Ambiental**, [s. l.], vol. 18, no 10, p. e09009, 24 set. 2024. DOI 10.24857/rgsa.v18n10-106.

Disponível em: <https://rgsa.openaccesspublications.org/rgsa/article/view/9009>.

FONTENELE, Iolanda Carvalho. A curricularização da extensão no Brasil: histórias, concepções

e desafios A curricularização da extensão no Brasil: histórias, concepções e desafios. **Rev. Katálisis**, [s. l.], vol. 27, no e97067, 2024. DOI 10.1590/1982-0259.2024.e97067. Disponível

em: <https://doi.org/10.1590/1982-0259.2024.e97067>

Acessado em: 9 abr. 2025.

FREIRE, Ann Mary Menezes; CARDOSO, Ricardo Silva; SILVA, Valter Gabriel Da Rocha Da;

ALBUQUERQUE, Marianna Abreu Lucchesi De. Curricularização da Extensão: desafios da implementação e a potência de inovação e inclusão social em uma Universidade Pública Federal. **Raízes e Rumos**, [s. l.], vol. 11, no 1, p. 9–26, jun. 2023.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 50o ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

FREITAS, Maria de Fatima Quintal de; SOUZA, Jusamara. Pensar a formação e a pesquisa na

pós-graduação stricto sensu. **Educar em Revista**, [s. l.], vol. 34, no 71, p. 9–18, out. 2018. <https://doi.org/10.1590/0104-4060.62549>

GIL, Antonio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 7o ed. São Paulo: Atlas, 2022.

MOITA, Filomena Maria Gonçalves da Silva Cordeiro; ANDRADE, Fernando César Bezerra de. Ensino-pesquisa-extensão: um exercício de indissociabilidade na pós-graduação. *Revista Brasileira de Educação*, [s. l.], vol. 14, no 41, p. 269–293, ago. 2009.

NÓBREGA, Juliana Janaina Tavares. Ecologia dos Saberes: A Interdisciplinaridade para Pensar a Educação e Seus Diálogos. **Saberes: Revista interdisciplinar de Filosofia e Educação**, [s. l.], vol. 23, no 3, 2023. DOI 10.21680/1984-3879.2023v23n3ID32405. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/saberes/article/view/32405>
Acessado em: 2 mar. 2025.

NUNES, Enedina Betânia Leite de Lucena Pires; PEREIRA, Isabel Cristina Auler; PINHO, Maria José de. A responsabilidade social universitária e a avaliação institucional: reflexões iniciais. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)**, [s. l.], vol. 22, no 1, p. 165–177, abr. 2017. DOI 10.1590/s1414-40772017000100009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/aval/a/wLhnRvgyQ8RMBzBhg8zcFmf/?format=pdf>
Acessado em: 2 abr. 2025.

ONU, Organização das Nações Unidas. **Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. 2015. Disponível em: <https://sdgs.un.org/goals>
Acessado em: 31 mar. 2025.

PAGE, Matthew J.; MCKENZIE, Joanne E.; BOSSUYT, Patrick M.; BOUTRON, Isabelle; HOFFMANN, Tammy C.; MULROW, Cynthia D.; SHAMSEER, Larissa; TETZLAFF, Jennifer M.; AKL, Elie A.; BRENNAN, Sue E.; CHOU, Roger; GLANVILLE, Julie; GRIMSHAW, Jeremy M.; HRÓBJARTSSON, Asbjørn; LALU, Manoj M.; LI, Tianjing; LODER, Elizabeth W.; MAYO-WILSON, Evan; MCDONALD, Steve; MCGUINNESS, Luke A.; STEWART, Lesley A.; THOMAS, James; TRICCO, Andrea C.; WELCH, Vivian A.; WHITING, Penny; MOHER, David. The PRISMA 2020 statement: An updated guideline for reporting systematic reviews. **Research Methods & Reporting**, [s. l.], vol. 372, no 71, p. 1–9, 29 mar. 2021. DOI 10.1136/bmj.n71. Disponível em: <https://www.bmj.com/content/bmj/372/bmj.n71.full.pdf>
Acessado em: 2 mar. 2025.

PARO, César Augusto. Extensão universitária na transformação social: apontamentos a partir da extensão popular. **Estudos Universitários - Revista de Cultura**, [s. l.], vol. 38, no 2, p. 129, 14 dez. 2021. <https://doi.org/10.51359/2675-7354.2021.251426>

PEREIRA NETO, Francisco Edmar; LOPES, Jayane Mara Rosendo; NUNES, João Batista Carvalho; FERREIRA FILHO, Luciano Nery. The expansion of stricto sensu graduate studies in education in Brazil. **Educação e Pesquisa**, [s. l.], vol. 49, 2023.
<https://doi.org/10.1590/S1678-4634202349263111EN>

RIBEIRO, Henrique César Melo; FORTE, Sergio Henrique Arruda Cavalcante. Média de utilização das estratégias pelos programas de stricto sensu das instituições do Brasil da área de administração pública e de empresas, ciências contábeis e turismo frente aos cenários prospectados para o período de 2019 a 2030. **Revista Ibero-Americana de Estratégia - RIAE**, [s. l.], vol. 18, no 4, p. 535–555, 2019. Disponível em: <https://orcid.org/0000-0002-0704-1812>

SANTIAGO, Homero Silveira; FERNANDES SILVEIRA, Paulo Henrique. Percursos de Marilena Chaui: Filosofia, Política e Educação. **Educação e Pesquisa**, [s. l.], vol. 42, no 1, p. 259–277, 1 jan. 2016. DOI 10.1590/S1517-97022016420100201. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/DzXxmMh45fjK88Vs54jpsSh/?format=pdf&lang=pt>
Acessado em: 2 abr. 2025.

SANTOS, Maria Cristina Elyote Marques; ANDRADE SANTOS, Paulo César Marques de Andrade. **Pesquisa e extensão universitária como sustentação do ensino**. Brazilian Journal of Development, [s. l.], vol. 5, no 9, p. 14345–14360, 2019.
<https://doi.org/10.34117/bjdv5n9-048>

SCHÖN, Donald A. **The Reflective Practitioner: How Professionals Think in Action**. 1º ed. Reino Unido: Ashgate, 1991. vol. 1, . Disponível em: <https://archive.org/details/educatingreflect00sch>
Acessado em: 2 maio 2025.

SILVEIRA, Hélder Eterno da; FERREIRA, Olgamir Amancia. Extensão na pós-graduação: avanços necessários para o desenvolvimento da pesquisa científica no Brasil. **Em Extensão**, Uberlândia, vol. 23, no 1, p. 1–22, 2024.

SOUZA, Debora Mota de; FORTUNATO, Ivan; CORREA, Mateus Tófoli. O pensamento holístico na escola: o caso do projeto meditação de Itapetininga/SP. **Temas em Educação e Saúde**, [s. l.], p. 675–688, 30 dez. 2020. <https://doi.org/10.26673/tes.v16i2.14590>

SOUZA, Ianed da Luz; NAKASHIMA, Rosária Helena Ruiz; GUTBERLETT, Jutta. A Extensão Universitária: espaço de comunicação e de transformação social. **Cadernos de Pesquisa, São Luís**, [s. l.], vol. 28, no 4, p. 371–395, dez. 2020. Disponível em: <http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/cadernosdepesquisa>
Acessado em: 9 abr. 2025.

SPÂNU, Paulina; ULMEANU, Mihaela Elena; DOICIN, Cristian Vasile. Academic Third Mission through Community Engagement: An Empirical Study in European Universities. **Education Sciences**, [s. l.], vol. 14, no 2, 1 fev. 2024. <https://doi.org/10.3390/educsci14020141>

TEMPESTA, Verônica Rosa; ROCHA NETO, Isolfi Vieira; LEAL, Edvalda Araújo; MIRANDA, Gilberto José. Quais saberes compõem a formação docente nos cursos de pós-graduação stricto sensu em contabilidade no Brasil? **Revista Enfoque: Reflexão Contábil**, [s. l.], vol. 41, no 3, p. 18–36, 11 out. 2022. DOI 10.4025/enfoque.v41i3.56335. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=307174337002>
Acessado em: 2 abr. 2025.

UCB, Universidade Católica de Brasília. **Projeto Alpha recebe Selo ODS Educação**, alinhado a metas da ONU - Universidade Católica de Brasília. 2024. Disponível em: <https://UCB2.catolica.edu.br/porta1/noticias/projeto-alpha-recebe-selo-ods-educacao-alinhado-a-metas-da-onu/>
Acessado em: 1 abr. 2025.

VELLOSO, Isabela Silva Cancio; TIZZONI, Janaína Soares. **Critérios e Estratégias de Qualidade e Rigor na Pesquisa Qualitativa**. Ciencia y Enfermeria, [s. l.], vol. 26, p. 1–10, 2020. DOI 10.29393/CE26-22CEIS20022. Disponível em: <https://www.scielo.cl/pdf/cienf/v26/0717-9553-cienf-26-28.pdf>. Acessado em: 2 mar. 2025.

VIANA, Emely Crystina da Silva; SANTOS, Silvana Carolina Furstenau dos; BASSO, Cláudia de Fátima Ribeiro Basso. A PRÁTICA EDUCATIVA DO PEDAGOGO NA CONTEMPORANEIDADE. **Revista Dialogos: extensão ou comunicação? diálogos para a prática educativa nos contextos de emancipação**, Brasília, vol. 1, p. 21–29, jul. 2017. Disponível em: <https://portalrevistas.UCB.br/index.php/rdl/article/view/7887>. Acessado em: 9 abr. 2025.

AVALIAÇÃO DO PERFIL DE SAÚDE BUCAL DE IMIGRANTES E REFUGIADOS ASSISTIDOS POR UMA UNIVERSIDADE PRIVADA DO DISTRITO FEDERAL

EVALUATION OF THE ORAL HEALTH PROFILE OF IMMIGRANTS AND REFUGEES ASSISTED BY A PRIVATE UNIVERSITY IN THE FEDERAL DISTRICT

Thalita Leite Francelino¹

Letícia Alves Arcanjo²

Eric Jacomino Franco³

José Ivaldo Araújo de Lucena⁴

Yasmim Ferreira de Aquino⁵

Andreia de Aquino Marsiglio⁶

RESUMO

Este estudo teve como objetivo analisar o perfil de saúde bucal de imigrantes e refugiados assistidos por uma universidade privada do Distrito Federal. Apesar de terem alguns direitos de cidadania garantidos, essa população enfrenta barreiras no acesso à saúde bucal. A análise evidenciou desigualdades nos cuidados odontológicos, refletidas em limitações de acesso, baixo uso de fio dental e variações na saúde oral. Os achados reforçam a necessidade de políticas públicas inclusivas e ações que promovem a equidade no atendimento.

PALAVRAS-CHAVE: Fator de impacto; Migrantes; Refugiados; Saúde bucal; Extensão Universitária.

¹ Discente do curso de Odontologia da Universidade Católica de Brasília. E-mail: thalita.lfr@gmail.com

² Discente do curso de Odontologia da Universidade Católica de Brasília. E-mail: leticiaa.arcanjo01@gmail.com

³ Coordenador do curso de Odontologia da Universidade Católica de Brasília (UCB). E-mail: eric@p.ucb.br

⁴ Docente da Universidade Católica de Brasília. E-mail: joseivaldoucb@gmail.com

⁵ Discente do curso de Odontologia da Universidade Católica de Brasília. E-mail: yasmimferreira2101@gmail.com

⁶ Docente do curso de Odontologia da Universidade Católica de Brasília (UCB). E-mail: andreiam@p.ucb.br

ABSTRACT

This study aimed to analyze the oral health profile of migrants and refugees assisted by a private university in the Distrito Federal, Brazil. Despite guaranteed rights, this population faces significant barriers to accessing oral health care. The analysis revealed inequalities in dental care, reflected in limited access, low use of dental floss, and variations in oral health conditions. The findings highlight the need for inclusive public policies and actions that promote equity in healthcare delivery.

KEYWORDS: Impact fator; Oral health; Refugees; Transients and migrants; University Extension.

INTRODUÇÃO

O fluxo migratório é um fenômeno intrínseco à história, proveniente da globalização, grandes transformações acarretam a intensificação desse fluxo, composto por um grupo multifacetado, que abrange uma ampla gama de pessoas pertencentes a diversas classes, etnias, culturas e religiões. No contexto latino-americano, o Brasil tem se destacado como um dos países que, apesar de enfrentar desafios socioeconômicos significativos, mantém uma relativa estabilidade política e social, consolidando-se como um destino atrativo para pessoas e famílias provenientes de nações vizinhas em busca de melhores oportunidades e de um futuro promissor (Ministério do Trabalho e Emprego, 2017; Admin, 2024). De acordo com dados divulgados na última edição do relatório Refúgio em Números (Junger da Silva et al., 2024), apenas em 2023, no Brasil, foram feitas 58.628 solicitações da condição de refugiado, provenientes de 150 países.

O Brasil demonstra aprimoração da acolhida de migrantes em seu território, promovendo políticas que garantam seus direitos e sua integração social. Desde o princípio de igualdade, consagrado no artigo 5º da Constituição de 1988 que afirma que “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade” (Brasil, 1988, art. 5º). A nova Lei de Migração (Lei 13.445, de 2017), reforça “o acesso igualitário e livre do migrante a serviços, programas e benefícios sociais, bens públicos, educação, assistência jurídica integral pública, trabalho, moradia, serviço bancário e seguridade social” (Brasil, 2017, art. 4º).

Especificamente no que tange ao direito à saúde bucal pública, a Lei 8.080/90, conhecida como Lei Orgânica da Saúde, estabelece que todas as pessoas presentes em território nacional - cidadãos brasileiros ou não – tenham garantido o acesso à promoção, proteção e recuperação da saúde, bem como à prevenção de doenças e agravos, por meio do Sistema Único de Saúde (SUS). Este sistema fundamenta-se em princípios norteadores fundamentais, como a universalidade, integralidade, preservação da autonomia e equidade, assegurando que nenhum tipo de atendimento possa ser negado a qualquer pessoa (Ministério da Saúde, 2017).

No entanto, apesar dos direitos garantidos pela legislação, tanto pessoas em condição de refúgio - que são forçados a abandonar seus países de origem devido a adversidades como

guerras, perseguições políticas, religiosas ou étnicas, e crises econômicas — quanto os em condição de migração — que planejam e escolhem migrarem em busca de novos projetos de vida — enfrentam diversas barreiras. Muitas dessas dificuldades advêm do desconhecimento sobre os procedimentos de acesso aos serviços de saúde. Além disso, mesmo quando devidamente informados, o receio de exposição, discriminação e violência são impactantes. Esses desafios são exacerbados pela fragilidade no domínio da língua local, o que dificulta uma comunicação eficaz e limita o entendimento das questões culturais e sociais relacionadas à saúde (Giuliano Soares; Bezerra de Souza, 2018; Murillo, 2008).

Estudos realizados por Dias et al. (2010), destacam que os obstáculos enfrentados por imigrantes e refugiados no acesso aos serviços de saúde são respaldados por evidências empíricas. Diversos participantes da pesquisa relataram episódios de recusa de atendimento a imigrantes indocumentados, mesmo que a legislação vigente assegure o direito universal de acesso aos serviços de saúde. A investigação sublinha que o conhecimento limitado tanto por parte dos imigrantes quanto dos profissionais de saúde sobre as leis em vigor foi identificado, de forma consensual, como um fator que compromete a aplicação eficaz desses direitos. Ademais, a baixa utilização dos serviços de saúde por imigrantes em situação irregular é frequentemente vinculada ao receio de serem denunciados às autoridades, perpetuando um ambiente de insegurança e exclusão social que afeta diretamente essa população.

Diante dessas dificuldades, torna-se pertinente mencionar os impactos diretos sobre a saúde bucal desse grupo, conforme demonstrado em outros estudos. Por exemplo, Jay et al. (2017) mostrou que crianças refugiadas obtiveram pontuações significativamente mais elevadas de dentes cariados, perdidos e obturados (CPO-D), com uma pontuação média de $5,80 \pm 4,24$, em comparação às crianças imigrantes, que obtiveram uma pontuação média de $3,52 \pm 3,78$ ($p < 0,001$). Esses dados reforçam as consequências adversas de um acesso limitado e precário aos cuidados de saúde bucal, especialmente entre grupos vulneráveis, como refugiados e imigrantes (Hoover; Vatanparast; Uswak, 2016).

Diante desse contexto, a realização desta pesquisa foi pautada e mostrou-se de grande relevância do ponto de vista pessoal, acadêmico e social. Ao investigar o perfil de saúde bucal de imigrantes e refugiados, o estudo contribui para um maior entendimento sobre as dificuldades enfrentadas por essas populações no acesso a serviços de saúde bucal no Brasil, considerando o histórico de atendimento odontológico e de saúde tanto no país de origem quanto no Brasil, e analisando a disponibilidade e a qualidade dos serviços acessados. Além disso, possibilita agregar conhecimentos ao processo de formação de estudantes na área de odontologia, amplia a compreensão das questões emergentes da mobilidade humana e reforça a importância de garantir dignidade e integralidade no atendimento, conforme previsto na legislação brasileira. A pesquisa também visa analisar e comparar a avaliação clínica bucal desses indivíduos, levando em consideração o índice CPO-D, em diferentes contextos de fluxo migratório, regiões e níveis socioeconômicos. Ainda, busca investigar fatores sociais, exclusivos e culturais que influenciam a saúde bucal de imigrantes e refugiados, como o nível de renda, idioma, status migratório e tempo de residência no país, buscando compreender a interação desses elementos no perfil de saúde bucal dessa população.

REVISÃO DA LITERATURA

Para compreender o fluxo migratório, é essencial delimitar os conceitos que caracterizam essas populações, segundo o Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017. O termo migrante refere-se, de forma ampla, a qualquer indivíduo que se desloca de um local para outro, seja dentro de um mesmo país (migração interna) ou entre diferentes nações (migração internacional). Já o imigrante é a pessoa de outro país que se estabelece temporária ou permanentemente em outro país para fins de trabalho, estudo ou reagrupamento familiar. O refugiado, por sua vez, é aquele que, devido a fundados temores de perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, pertencimento a determinado grupo social ou opinião política, se encontra fora de seu país de origem e não pode ou não deseja retornar, em virtude da ausência de garantias de proteção. Por fim, o apátrida é a pessoa que não possui sua nacionalidade reconhecida por nenhum país, estando, portanto, em uma condição de extrema vulnerabilidade jurídica e social.

Apesar das particularidades que os distinguem, ambos os casos envolvem o deslocamento de pessoas que deixam sua residência habitual em busca de melhores condições de vida ou proteção. Durante esse processo, muitos enfrentam situações adversas e desafios significativos ao longo do percurso, além da necessidade de adaptação a um novo território, cultura e relações sociais. Para além das definições conceituais, essas migrações são experiências diversas e complexas, marcadas por dinâmicas específicas que variam conforme os contextos individuais, familiares e coletivos.

No Brasil, do período de 2010 a agosto de 2024, dados contidos no Boletim das Migrações, divulgado pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), registrou a entrada de 1.700.686 migrantes, entre residentes permanentes, temporários e fronteiriços. Além disso, o País reconheceu 146.109 pessoas como refugiadas e recebeu 450.752 solicitações de reconhecimento da condição de refugiado. Nesse período, o maior fluxo migratório é de imigrantes vindos da Venezuela (500.636), do Haiti (183.102) e da Bolívia (110.795). Os refugiados reconhecidos são, em sua maioria, da Venezuela (134.089), da Síria (4.100) e da República Democrática do Congo (1.158). Os solicitantes de refúgio têm como principais nacionalidades venezuelana (257.186), cubana (41.800) e haitiana (40.483).

No Distrito Federal, os dados refletem um cenário semelhante ao nacional, evidenciando a relevância da região como destino para esses indivíduos em busca de novas oportunidades. O total de migrantes registrados é de 31.403, enquanto 1.576 foram oficialmente reconhecidos como refugiados e 1.960 solicitaram reconhecimento da condição de refúgio, totalizando 34.939 indivíduos que chegam ao DF em busca de melhores condições de vida. Esse fluxo migratório é impulsionado por diversos fatores, incluindo a estabilidade econômica e política da capital do país, a presença de instituições governamentais e internacionais, e da oferta de serviços essenciais, como saúde e educação.

Além disso, a presença de instituições governamentais e internacionais, como a Agência da ONU para Refugiados (ACNUR) e a Organização Internacional para as Migrações (OIM), fortalece o suporte a essa população, promovendo programas de acolhimento, regularização documental e assistência jurídica. O Distrito Federal também abriga diversas ONGs e entidades de assistência social voltadas para a proteção de migrantes, proporcionando apoio

em questões como aprendizado da língua portuguesa, inserção no mercado de trabalho e acesso a direitos básicos.

Ao ingressar no Brasil, os estrangeiros podem buscar diferentes formas de permanência, dependendo da sua situação específica. Aqueles que chegam ao país devido a crises humanitárias ou contextos de vulnerabilidade podem solicitar um visto temporário sob a modalidade de acolhida humanitária, enquanto indivíduos que enfrentam perseguições por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas têm a possibilidade de requerer o reconhecimento da condição de refugiado. Além disso, existe a opção do asilo político, concedido a pessoas que sofrem perseguição governamental em seus países de origem.

Os Estados que recebem refugiados têm a responsabilidade de assegurar sua inserção na sociedade em condições de igualdade, fundamentando-se em instrumentos internacionais de proteção, como o Direito dos Refugiados, o Direito Internacional dos Direitos Humanos e o Direito Internacional Humanitário. A legislação brasileira garante a esses grupos o acesso a programas sociais e ao sistema público de saúde.

O Sistema Único de Saúde, estabelecido pela Lei nº 8.080 de 1990, é definido, conforme o artigo 4º, como um conjunto de ações e serviços de saúde prestados por órgãos e instituições públicas em âmbito federal, estadual e municipal, abrangendo a administração direta, indireta e fundações mantidas pelo poder público. Seus princípios fundamentais incluem a universalidade do acesso, a integralidade da assistência e a equidade, garantindo que nenhum atendimento seja negado a qualquer pessoa, especialmente no que se refere à Atenção Básica.

Ademais, a Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017 (Lei de Migração), estabelece que os migrantes têm direito ao acesso aos serviços públicos de saúde e assistência em condições de igualdade com os nacionais, sem discriminação em razão da nacionalidade ou condição migratória, vedando a exigência de documentação impossível ou inadequada que possa dificultar ou impedir o exercício desses direitos.

As dificuldades enfrentadas por imigrantes, refugiados e apátridas no acesso aos serviços de saúde decorrem, em grande parte, da falta de informação sobre os procedimentos necessários para sua utilização. Mesmo quando esses indivíduos possuem conhecimento sobre os serviços disponíveis, o medo de exposição, discriminação e possíveis situações de violência atua como um fator inibidor na busca por atendimento. Além disso, a barreira linguística representa um obstáculo significativo, dificultando a comunicação entre pacientes e profissionais de saúde, o que compromete a compreensão adequada das queixas e das orientações médicas. A ausência de familiaridade com aspectos culturais e sociais específicos da assistência em saúde também limita a efetividade do atendimento.

Na 2ª Conferência Nacional de Migrações, Refúgio e Apátrida (COMIGRAR), promovida pelo Governo Federal, representantes de diferentes setores sociais, políticos e institucionais se reuniram para discutir e propor iniciativas voltadas à construção de políticas públicas para esse público. Durante o evento, o ministro da Justiça e Segurança Pública, Ricardo Lewandowski, reconheceu a relevância do SUS no cenário global da saúde. No entanto, pontuou que ainda há desafios a serem superados para garantir o acesso pleno aos serviços,

como a necessidade de capacitação dos profissionais para lidar com barreiras culturais e linguísticas, além da importância de uma integração mais eficaz entre médicos e usuários estrangeiros.

Cada nacionalidade possui estruturas e abordagens distintas no que tange à saúde bucal, refletindo as condições e as prioridades de seus sistemas de saúde. Nesse contexto, observam-se tanto similaridades quanto discrepâncias nas práticas de atendimento. Um exemplo claro pode ser encontrado nos países membros do Mercosul, que, embora compartilhem alguns aspectos em seus sistemas de saúde, apresentam variações significativas em suas políticas de saúde bucal. Essas diferenças podem incluir desde a oferta de programas preventivos, como a fluoretação da água e campanhas educativas, até a disponibilidade e o acesso a tratamentos restauradores e especializados.

A atuação desses países, especialmente no que se refere à promoção e prevenção da saúde oral, é moldada pelas características de seus sistemas de saúde, que podem ser mais desenvolvidos ou menos desenvolvidos, dependendo de fatores econômicos, culturais e históricos. É destacado que as políticas públicas de saúde bucal nesses países frequentemente refletem a realidade social e econômica, o que resulta em abordagens distintas para o tratamento e a prevenção de doenças bucais (Silvestre; Teixeira; Aguiar, 2022). Assim, ao considerar as necessidades de imigrantes e refugiados, é essencial compreender essas diferenças nas políticas de saúde bucal para garantir a adaptação e a efetividade das intervenções nos serviços públicos de saúde do país receptor.

A pesquisa realizada busca compreender as particularidades odontológicas e individuais dos imigrantes e refugiados considerando aspectos socioeconômicos e culturais que influenciam sua saúde bucal. Uma universidade privada do Distrito Federal, por meio de programa de apoio, utiliza o português como língua de acolhimento, o qual proporciona a melhoria das condições de vida desse grupo. Além de proporcionar o certificado de proficiência em Língua Portuguesa que é uma das exigências da Polícia Federal para que os esses indivíduos possam dar entrada em seu processo de naturalização. O domínio da língua facilita a comunicação no cotidiano, promove maior autonomia, possibilita a inserção no mercado de trabalho e amplia o acesso a serviços essenciais, incluindo assistência em saúde.

A metodologia empregada combina o Índice CPO-D, um método tradicional de avaliação de saúde bucal, com um questionário sobre dados pessoais, como características sociais e demográficas, tempo de permanência no Brasil e acesso a serviços de saúde. Essa combinação tem como objetivo entender não apenas a condição de saúde bucal, mas também fornece uma visão mais ampla de seu perfil socioeconômico e cultural. Essa abordagem integrada permite a análise do estado odontológico dos participantes e proporciona uma compreensão mais ampla de seu perfil e das barreiras enfrentadas no acesso aos cuidados de saúde. Conforme discutido na 2ª Conferência Nacional de Migrações, Refúgio e Apátridas (COMIGRAR), esses aspectos são fundamentais para desenvolver ao tratar dessa população.

Adicionalmente, a pesquisa de Farias (2022), intitulada *Frequência de cárie em crianças imigrantes no estado de Roraima*, destaca a importância dos levantamentos epidemiológicos na identificação da prevalência das doenças bucais e na estimativa das necessidades de

tratamento. Esse tipo de análise orienta estratégias de intervenção que visam à promoção da saúde bucal e à redução das desigualdades no acesso ao atendimento odontológico entre imigrantes e refugiados.

O Índice de Cárie, Perda e Obturação de Dentes (CPO-D), desenvolvido por Klein e Palmer em 1937, é um dos principais indicadores adotados pela Organização Mundial da Saúde (OMS) para avaliar a saúde bucal em diferentes populações. A sigla CPO refere-se aos dentes "cariados" (C), "perdidos" (P) e "obturados" (O), enquanto o "D" indica que a unidade de análise é o dente, possibilitando uma mensuração objetiva da experiência de cárie ao longo da vida do indivíduo.

O índice CPO-D desempenha um papel relevante na odontologia, pois permite identificar padrões de acometimento da cárie, avaliar a efetividade das políticas públicas de saúde bucal e orientar a formulação de estratégias preventivas e terapêuticas. O componente "cariados" corresponde aos dentes que apresentam lesões cariosas ativas, enquanto "perdidos" se refere àqueles extraídos em decorrência da cárie ou de complicações associadas. Já o elemento "obturados" indica os dentes que foram restaurados, demonstrando o acesso prévio a tratamento odontológico.

A aplicação do CPO-D no presente estudo possibilita a avaliação das condições de saúde bucal dos imigrantes e refugiados atendidos pela universidade privada do Distrito Federal, permitindo compreender a prevalência da cárie e suas implicações nesse grupo populacional. Além disso, a associação desse índice com dados socioeconômicos e de acesso aos serviços de saúde auxilia na identificação de desafios específicos enfrentados por essa população, contribuindo para um olhar mais abrangente sobre as desigualdades no cuidado odontológico.

A amostra de conveniência selecionada para essa pesquisa permite, portanto, um aprofundamento nas particularidades desse público, revelando as dificuldades que eles enfrentam no acesso aos serviços de saúde, ao mesmo tempo em que contribui para a formação dos estudantes de odontologia, que terão a oportunidade de estar imerso em um contexto mais inclusivo e multidisciplinar. Para os estudantes do curso de odontologia, a inclusão de imigrantes e refugiados em sua formação permite a ampliação de sua visão sobre as necessidades de diferentes grupos sociais, destacando a relevância de uma abordagem culturalmente sensível na prática clínica.

METODOLOGIA

Foi realizado um estudo descritivo transversal com dados de pacientes imigrantes e refugiados assistidos em uma Universidade Privada do Distrito Federal. O recrutamento dos participantes ocorreu durante as reuniões de direcionamento promovidas pelo centro de acolhimento de língua portuguesa para migrantes. Durante esses encontros, os pesquisadores forneceram uma breve explicação sobre o funcionamento da pesquisa, seus objetivos e implicações, garantindo que todas as perguntas iniciais fossem esclarecidas. Os indivíduos interessados foram convidados a participar de forma voluntária, sendo direcionados para uma data e local previamente agendados. A pesquisa foi conduzida em um ambiente universitário protegido, garantindo conforto e segurança a todos os participantes.

A pesquisa foi realizada no espaço da clínica-escola odontológica da universidade, com uma média de 40 minutos para cada participante durante uma primeira interação. Nesse momento, o pesquisador apresentou o estudo de forma clara e objetiva, explicando o objetivo, a importância, os procedimentos realizados, os possíveis riscos envolvidos e os benefícios da participação.

Essa explicação foi conduzida de maneira acessível, utilizando materiais previamente traduzidos para os idiomas necessários, os conhecimentos linguísticos do pesquisador e, quando necessário, plataformas de tradução confiáveis. O projeto foi submetido e aceito pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CAAE 84165324.8.0000.0029), e todos os procedimentos clínicos e a aplicação dos questionários validados serão realizados somente após a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). O pesquisador realizou a leitura e discussão do termo com o indivíduo, garantindo que ele compreendesse completamente os aspectos do estudo e pudesse decidir livremente sobre sua participação.

As informações foram coletadas utilizando um formulário semiestruturado, contendo dados relativos à nacionalidade, sexo, idade e motivos de consulta por meio dos códigos CID (Código Internacional de Doenças). Foram incluídos todos os pacientes imigrantes e refugiados cadastrados ou vinculados ao programa de assistência linguística para migrantes oferecido pela universidade privada do Distrito Federal, que concordaram em participar voluntariamente da pesquisa após a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Como critério de exclusão imigrantes e refugiados que apresentem dificuldades evidentes de compreensão que impeçam a leitura ou entendimento do TCLE, mesmo de forma traduzida, ou que comprometam sua participação plena na pesquisa. Participantes que não estejam cadastrados ou vinculados ao programa de assistência linguística para migrantes oferecido pela universidade privada do Distrito Federal, bem como menores de 18 anos.

Posteriormente, cada participante foi avaliado clinicamente para a determinação de sua condição bucal, tendo como referência os critérios do Levantamento de Saúde Bucal 2023, para avaliar a prevalência de cárie (componentes cariados, perdidos e obturados – CPOD), bem como para medir o uso e a necessidade de próteses dentárias.

Ao final da pesquisa, os participantes que apresentavam necessidade de encaminhamento para serviços de saúde odontológica, esses foram realizados com base no banco de serviços da universidade. Esse inclui clínica-escola, projetos de extensão e programas específicos voltados à assistência odontológica. Os participantes receberam direcionamento para tratamentos compatíveis com suas necessidades, abrangendo desde procedimentos preventivos, como profilaxia e orientação de higiene bucal, até intervenções de maior complexidade. Todos os encaminhamentos foram conduzidos de maneira ética, assegurando a confidencialidade das informações e respeitando a autonomia dos indivíduos na decisão sobre a continuidade do tratamento.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os dados foram coletados por meio de fichas individualizadas, as quais foram organizadas em categorias e analisadas de maneira descritiva. Para a apresentação dos resultados, utilizaram-se números absolutos e porcentagens. A amostra do estudo foi composta por 21 indivíduos, dos quais 13 pertenciam ao sexo feminino (61,9%) e 8 ao sexo masculino (38,1%), conforme ilustrado na Tabela 1.

A predominância feminina pode ser atribuída a fatores socioculturais, como uma maior preocupação com a saúde e maior adesão aos serviços assistenciais. A literatura científica aponta que, de modo geral, as mulheres tendem a buscar atendimento em saúde com maior frequência do que os homens, o que pode justificar sua maior representatividade nesta pesquisa.

De acordo com Brandão e Alzuguir (2022), esse comportamento está relacionado à maior conscientização sobre o bem-estar pessoal e à construção social que atribui às mulheres a responsabilidade primária pelos cuidados com a saúde da família. Adicionalmente, mulheres imigrantes e refugiadas frequentemente assumem o papel de cuidadoras principais, o que as leva a procurar suporte médico e odontológico não apenas para si, mas também para seus dependentes.

Tabela 1 – Números de indivíduos	
Sexo	Quantidade de indivíduos
Feminino	13
Masculino	8
Total	21

Fonte: Elaborada pela autora, 2025.

Em relação à nacionalidade dos participantes (Tabela 2), a maioria provinha da Venezuela, com 10 participantes, correspondendo a 47,6% da amostra. Em seguida, destacam-se os migrantes de Cuba, com 6 participantes (28,6%), e da Colômbia, com 3 participantes (14,3%). Além disso, houve a participação de indivíduos oriundos da Índia e do Paquistão, representando cada um 4,8% da amostra. Esse perfil de nacionalidade reflete os fluxos migratórios observados no Brasil, particularmente provenientes de países latino-americanos que enfrentam instabilidade política e econômica. A expressiva presença de venezuelanos na amostra está diretamente relacionada à crise humanitária enfrentada pelo país, que tem levado muitos cidadãos a buscarem refúgio no Brasil devido ao colapso das condições socioeconômicas e à deterioração das condições de vida. De acordo com o relatório Refúgio em Números 2024, (Junger da Silva et al., 2024), as principais nacionalidades solicitantes da condição de refugiado no Brasil em 2023 foram a venezuelana, a cubana e a angolana.

Tabela 2 – Números de indivíduos	
Nacionalidade	Quantidade de indivíduos
Venezuela	10
Cuba	6
Colômbia	3
Índia	1
Paquistão	1

Fonte: Elaborada pela autora, 2025.

No que diz respeito ao status migratório dos participantes, (Tabela 3), verificou-se que 12 indivíduos (57,1%) possuem o status de refugiado, enquanto 9 (42,9%) são migrantes. Essa distinção é de relevância considerável, uma vez que os refugiados são reconhecidos oficialmente como indivíduos que deixaram seus países de origem devido a perseguições, violação de direitos humanos ou risco iminente à vida. Em contrapartida, imigrantes podem ter se deslocado por diversas razões, como oportunidades de trabalho, estudo ou reunificação familiar. Segundo o relatório *Refúgio em Números 2024* (Junger da Silva et al., 2024), essa diferenciação jurídica é essencial para a formulação de políticas públicas, embora, na prática, ambos os grupos compartilhem desafios comuns relacionados à integração social, como barreiras linguísticas, dificuldades na regularização documental e acesso limitado aos serviços públicos.

Tabela 3 – Status migratório	
Status migratório	Quantidade de indivíduos
Imigrante	9
Refugiado	12

Fonte: Elaborada pela autora, 2025.

A análise do acesso odontológico dos participantes revela que, apesar de 19 indivíduos (90,5%) relataram acesso a serviços odontológicos em seu país de origem, a qualidade desse atendimento variou consideravelmente. De acordo com a Tabela 5, 10 participantes (47,6%) avaliaram o atendimento como “bom”, enquanto os demais classificaram como 3 (14,3%) “regular”, 5 (23,8%) como “ruim” e 3 (14,3%) como “péssimo”. Nenhum indivíduo indicou ter recebido um atendimento “excelente”. Esses dados indicam que, embora o acesso tenha sido possível para a maioria, as avaliações sobre os serviços recebidos foram diversas, sugerindo variações estruturais e assistenciais entre os contextos de origem (Silvestre; Teixeira; Aguiar, 2022). Aspectos como a organização dos sistemas de saúde e a disponibilidade de profissionais qualificados podem ter influenciado a percepção dos participantes.

Tabela 4 – Acesso odontológico no seu país de origem	
Acesso	Quantidade de indivíduos
Sim	19
Não	2

Fonte: Elaborada pela autora, 2025.

Tabela 5 – Classificação do atendimento odontológico em seu país de origem	
Acesso	Quantidade de indivíduos
Péssimo	3
Ruim	5
Regular	3
Bom	10
Excelente	0

Fonte: Elaborada pela autora, 2025.

A comparação do acesso odontológico antes e após a migração revela uma redução significativa na assistência recebida. Enquanto apenas 5 participantes (23,8%) iniciaram o acesso aos serviços odontológicos no Brasil, a maioria (16 participantes, 76,2%) relatou não conseguir atendimento. Esses dados sugerem que a migração impõe barreiras adicionais ao cuidado odontológico, possivelmente relacionadas a fatores como dificuldades no idioma, burocracia para regularização documental, falta de informação sobre os serviços disponíveis e desafios no acesso ao sistema público de saúde, aspectos também apontados por Borges, Unfer e Faustino-Silva (2019) como determinantes da vulnerabilidade de migrantes no campo da saúde bucal.

A perda desse acesso pode contribuir para o agravamento de problemas bucais pré-existentes e para o desenvolvimento de novas condições odontológicas não tratadas, impactando diretamente a qualidade de vida dessa população. Esse contexto evidencia a necessidade de políticas públicas voltadas para a inclusão de imigrantes e refugiados nos serviços odontológicos, com medidas que reduzem barreiras institucionais e estruturais, além de ampliar o acesso a uma assistência contínua e de qualidade.

Além disso, conforme ressaltam Borges, Unfer e Faustino-Silva (2019), o fenômeno do “imigrante saudável” demonstra que, ao chegar ao país de destino, os migrantes muitas vezes apresentam melhores condições de saúde. Contudo, com o passar do tempo, essa condição tende a se deteriorar, em um processo influenciado pela aculturação e pelas dificuldades de integração nos serviços de saúde.

Tabela 6 – Acesso odontológico no Brasil	
Acesso	Quantidade de indivíduos
Sim	5
Não	16

Fonte: Elaborada pela autora, 2025.

Ao analisar os hábitos de higiene bucal dos participantes, observou-se que o padrão de higienização bucal variou consideravelmente. Apenas 1 indivíduo (4,8%) relatou escovar os dentes uma vez ao dia, enquanto 5 (23,8%) realizaram a higienização duas vezes ao dia. A maioria dos participantes, 9 (42,9%), afirmaram escovar os dentes três vezes ao dia, e outros 6 (28,5%) afirmaram uma frequência superior a três vezes ao dia. Esses dados demonstram que, apesar dos desafios enfrentados pela população imigrante e refugiada sem acesso aos serviços odontológicos, a adesão a hábitos de higiene bucal ainda é expressiva.

No entanto, quando se trata da utilização do fio dental, os resultados indicam uma baixa adesão a essa prática. A maioria dos participantes, 15 (71,4%), declararam não utilizar fio dental, enquanto apenas 5 (23,8%) afirmaram usá-lo somente uma vez ao dia. A negligência no uso do fio dental pode estar associada a diversos fatores, como falta de informação sobre sua importância, dificuldades financeiras para adquiri-lo regularmente e até mesmo barreiras culturais que influenciam os hábitos de higiene bucal.

A ausência do uso do fio dental está diretamente relacionada ao aumento da incidência de lesões cáries interproximais e de doenças periodontais, podendo culminar na perda dentária. Esse comportamento frequentemente decorre da crença equivocada de que a escovação isolada, é suficiente para garantir uma boa higiene bucal. Tal percepção evidencia lacunas na educação em saúde bucal e reforça a necessidade de estratégias educativas que promovam o uso regular do fio dental como parte integrante da rotina de cuidados (Riggs et al., 2016). Em especial, grupos em situação de vulnerabilidade social, como imigrantes e refugiados, tendem a apresentar menor acesso a informações sobre higiene oral e menor domínio de técnicas adequadas, incluindo a escovação correta e o uso do fio dental, como demonstrado por Geltman et al. (2013).

Tabela 7 – Frequência higienização bucal	
Frequência higienização bucal	Quantidade de indivíduos
1 vez ao dia	1
2 vezes ao dia	6
3 vezes ao dia	8
Mais de 3 vezes ao dia	6

Fonte: Elaborada pela autora, 2025.

Tabela 8 – Frequência utilização fio dental	
Frequência utilização fio dental	Quantidade de indivíduos
Nenhuma	15
1 vez ao dia	5
3 vezes ao dia	1

Fonte: Elaborada pela autora, 2025.

A avaliação da condição de saúde bucal por meio do índice CPO-D revelou uma ampla variação entre os participantes, com valores que oscilaram entre 0 e 27. Esse índice é um indicador importante da experiência prévia de doença cárie e da qualidade do atendimento odontológico recebido ao longo da vida. Valores elevados podem indicar um histórico de saúde bucal precário, refletindo dificuldades no acesso a serviços odontológicos preventivos e restauradores, além de hábitos inadequados de higiene bucal.

A distribuição do índice CPO-D entre os participantes revelou que a maioria (8 indivíduos) apresentava valores entre 0 e 5, indicando uma condição bucal mais preservada. Outros 5 indivíduos tinham índices entre 6 e 10, enquanto 4 apresentavam valores entre 11 e 15. Apenas 1 participante alcançou um índice entre 16 e 20, e 3 apresentaram índices elevados, variando de 21 a 27, sugerindo comprometimento mais acentuado da saúde bucal.

Fatores socioeconômicos e culturais também desempenham um papel significativo na variação do CPO-D. Indivíduos que tiveram menos acesso ao acompanhamento odontológico regular podem apresentar maior número de dentes perdidos ou restaurados devido à progressão não tratada das cáries. Dessa forma, é relevante ressaltar que um CPO-D elevado pode impactar diretamente a qualidade de vida dos indivíduos, comprometendo a função mastigatória, a estética e a saúde geral. Estudos como o de Borges, Unfer e Faustino-Silva (2019) corroboram esses achados ao associarem diretamente altos índices de CPO-D às condições socioeconômicas desfavoráveis e às dificuldades de acesso aos serviços de saúde bucal, especialmente em populações em situação de vulnerabilidade social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados desta pesquisa permitiram traçar um panorama, ainda que limitado, sobre o acesso e a qualidade dos serviços odontológicos destinados à população migrante e refugiada, evidenciando desafios importantes e áreas que exigem maior atenção. Tais desafios se relacionam diretamente à complexidade das dinâmicas migratórias contemporâneas na América Latina, caracterizadas por múltiplos fatores estruturais e conjunturais que impactam a trajetória dos indivíduos em deslocamento (Antonio e Ojima, 2022; Prado e Araújo, 2019). Os dados obtidos reforçam a necessidade de políticas públicas mais inclusivas, bem como estratégias de atenção odontológica que considerem as especificidades dessa população (Moreira et al., 2020).

Observa-se que a maioria dos participantes enfrentou barreiras no acesso aos serviços odontológicos no Brasil, indicando que a migração pode representar um fator limitante para a obtenção de cuidados odontológicos adequados. Questões econômicas, burocráticas e culturais podem influenciar diretamente essa realidade, destacando a necessidade de intervenções direcionadas para mitigar essas dificuldades (Palmeira; Carvalho; Baltazar, 2019).

No que tange aos hábitos de higiene bucal, constatou-se que, embora a escovação seja amplamente exigida, o uso do fio dental permanece subutilizado pela maioria dos participantes. A baixa adesão a essa prática essencial ressalta a necessidade de iniciativas educativas externas à conscientização sobre a importância da higiene interdental na prevenção de cáries e doenças periodontais.

A avaliação da condição de saúde bucal, mensurada pelo índice CPO-D, revelou uma ampla variação entre os participantes, evidenciando tanto a presença de cuidados odontológicos prévios quanto a ausência de assistência adequada. Indivíduos com pontuações elevadas no índice CPO-D demonstram um histórico de saúde bucal comprometido, possivelmente relacionado à falta de acesso contínuo a medidas preventivas e restaurativas.

Apesar da relevância dos achados, algumas limitações metodológicas devem ser consideradas. O tamanho da amostra pode não refletir integralmente a realidade da população migrante e refugiada na região científica, restringindo a generalização dos resultados. Além disso, uma coleta de dados baseada em autorrelatos pode estar sujeita a visões de memória ou subjetividade.

Dessa forma, esta pesquisa contribuiu para a compreensão das dificuldades enfrentadas por imigrantes e refugiados no acesso aos serviços odontológicos, evidenciando a importância de políticas públicas e ações de saúde que promovam a equidade no atendimento. A implementação de estratégias que reduzam as barreiras identificadas é fundamental para garantir um cuidado odontológico acessível e de qualidade, minimizando as desigualdades e promovendo melhores condições de saúde bucal para essa população. Nesse contexto, destaca-se ainda a relevância das ações extensionistas voltadas à saúde, que, além de promoverem o cuidado integral, contribuem para a formação crítica e humanizada dos futuros profissionais da área (Musselin e Olinto, 2019).

Cumprе destacar, ainda, que a saúde bucal deve ser compreendida como parte integrante da saúde geral e da qualidade de vida. Aspectos como o bem-estar físico, emocional e as relações interpessoais influenciam diretamente no processo saúde-doença, reforçando a importância de um olhar ampliado e acolhedor por parte dos serviços de saúde. Nesse contexto, é imprescindível que o cuidado oferecido às populações migrantes seja pautado na integralidade, visando não apenas o tratamento de doenças, mas também a promoção da dignidade e da inclusão social (Calvetti, Muller e Nunes, 2007).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADMIN. **O fenômeno migratório no Brasil – Instituto Migrações e Direitos Humanos.** Disponível em: <https://www.migrante.org.br/ofenomenomigratorio-no-brasil/>
Acesso em: 17 out. 2024.
- ANTONIO, M.; OJIMA, R. Crises, dinâmicas e complexidades na migração latino-americana contemporânea: uma análise de **Vidas en movimiento: migración en América Latina. Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 39, p. 1–5, 2022.
- BORGES, P. Z.; FAUSTINO-SILVA, D. D. Perfil dos imigrantes e refugiados adstritos a uma unidade de saúde de atenção primária do grupo hospitalar Conceição. **Revista Ciências e Odontologia**, v. 6, n. 1, p. 96–108, 2022.
- BORGES, P. Z.; UNFER, B.; FAUSTINO-SILVA, D. D. Saúde bucal de refugiados no século XXI: revisão integrativa. **Tempus – Actas de Saúde Coletiva**, v. 13, n. 3, p. 123–137, 2019.
- BRANDÃO, E. R.; ALZUGUIR, F. C. V. G. **Gênero e saúde: uma articulação necessária.** Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2022. DOI: 10.7476/9786557081655.
- BRASIL. **Constituição (1988).** Constituição da República Federativa do Brasil. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em:
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm
Acesso em: 10 out. 2024.
- BRASIL. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 20 set. 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8080.htm
Acesso em: 10 out. 2024.
- BRASIL. Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017. Institui a Lei de Migração. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 25 maio 2017. Disponível em:
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13445.htm.
Acesso em: 10 out. 2024.
- BRASIL. **Ministério da Saúde.** Portaria nº 2.436, de 21 de setembro de 2017. Disponível em:
https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prt2436_22_09_2017.html
Acesso em: 17 out. 2024.
- CALVETTI, P. Ü.; MULLER, M. C.; NUNES, M. L. T. Psicologia da saúde e psicologia positiva: perspectivas e desafios. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 27, n. 4, p. 706–717, dez. 2007.
- COMIGRAR. Migrantes clamam por direitos. **Radis**, Rio de Janeiro, n. 261, jul. 2024. Disponível em: <https://radis.ensp.fiocruz.br/reportagem/comigrar/migrantes-clamam-por-direitos/>
Acesso em: 8 fev. 2025.
- DIAS, S.; RODRIGUES, R.; SILVA, A.; HORTA, R.; CARGALEIRO, H. Procura de cuidados e acesso aos serviços de saúde em comunidades imigrantes: um estudo com imigrantes e profissionais de saúde. **Arquivos de Medicina**, v. 24, p. 253–259, 2010.
- GELTMAN, P. L. et al. The impact of functional health literacy and acculturation on the oral health status of Somali refugees living in Massachusetts. **American Journal of Public Health**, v. 103, n. 8, p. 1516–1523, 2013.

GIULIANO SOARES, K.; BEZERRA DE SOUZA, F. O refúgio e o acesso às políticas públicas de saúde no Brasil. **Trayectorias Humanas Trascontinentales**, n. 4, 2018.

HOOVER, J.; VATANPARAST, H.; USWAK, G. Risk determinants of dental caries and oral hygiene status in 3–15 year-old recent immigrant and refugee children in Saskatchewan, Canada: a pilot study. **Journal of Immigrant and Minority Health**, v. 19, n. 6, p. 1315–1321, 2016.

JUNGER DA SILVA, G. et al. **Observatório das Migrações Internacionais**. Brasília, DF: Ministério da Justiça e Segurança Pública/Departamento das Migrações, OBMigra, 2024.

KLEIN, H.; PALMER, C. E. Dental caries in American Indian children. **Public Health Bulletin**, v. 23, n. 9, p. 1–53, 1937.

KLEIN, H.; PALMER, C. E.; KNUTSON, J. W. Studies on dental caries: I. Dental status and dental needs of elementary school children. **Public Health Reports**, v. 53, n. 1, p. 751–776, 1938.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. Política de acolhimento do Brasil é referência internacional. **Jusbrasil**, 17 ago. 2017. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/noticias/politica-de-acolhimento-do-brasil-ereferenciainternacional/471222388>
Acesso em: 21 out. 2024.

MOREIRA, L. V. et al. Atenção primária em saúde bucal para refugiados. **Research, Society and Development**, v. 9, n. 11, p. e63491110426, 2020.

MURILLO, J. C. A proteção internacional dos refugiados na América Latina e o tratamento dos fluxos migratórios mistos. In: **Cadernos de Debates Refúgio, Migrações e Cidadania**, v. 3, n. 3, p. 25–31. Brasília, DF: Instituto de Migrações e Direitos Humanos, 2008.

MUSSELIN, S. R.; OLINTO, A. C. C. Ações extensionistas em saúde: uma vivência na formação em odontologia. **Revista Diálogos**, v. 18, n. 3, p. 28–41, 2019. Disponível em: <https://portalrevistas.ucb.br/index.php/rdl/article/view/12940>
Acesso em: 8 abr. 2025.

PALMEIRA, S.; CARVALHO, M. de; BALTAZAR, B. Perfil de estrangeiros e brasileiros atendidos pela odontologia na atenção básica em município de fronteira. **Ciência, Cuidado e Saúde**, p. e45946, 2019.

PRADO, M. A. M.; ARAÚJO, S. A. Políticas de atendimento a migrantes e refugiados no Brasil e aproximações da psicologia. **Revista Psicologia Política**, v. 19, n. 46, p. 570–583, 2019. Disponível em: http://revodonto.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-72722015000100002
Acesso em: 3 fev. 2025.

RIGGS, E. et al. Improving health literacy in refugee populations. **The Medical Journal of Australia**, v. 204, n. 1, p. 9–10, 2016.

SILVESTRE, J. A. C.; TEIXEIRA, E. H.; AGUIAR, A. S. W. de. Políticas públicas de saúde bucal no Mercosul: similaridades e discrepâncias em tempos de globalização. **Brazilian Journal of Development**, v. 8, n. 6, p. 48288–48302, 2022.

INTERVENÇÕES DE ENFERMAGEM NA PROMOÇÃO DE OFICINAS DE MOTRICIDADE E COGNIÇÃO EM UMA INSTITUIÇÃO DE LONGA PERMANÊNCIA PARA IDOSOS DO DISTRITO FEDERAL

NURSING INTERVENTIONS IN THE PROMOTION OF MOTOR AND COGNITIVE WORKSHOPS IN A LONG-TERM CARE INSTITUTION FOR ELDERLY IN THE FEDERAL DISTRICT

Angélica Cristina Cavalcante da Luz ¹

Déborah Freitas ²

Eduarda Sousa de Sá ³

Gislene Maia de Camargo ⁴

Grazielle Caldas de Oliveira ⁵

Neuza Moreira de Matos ⁶

RESUMO

O Projeto de extensão foi realizado na Casa do Vovô (DF), entre abril e maio/2025, com 46 idosos. Promoveu oficinas lúdicas de enfermagem para estimular cognição, motricidade, autoestima e vínculo social. As atividades incluíram jogos, música, dança, arte e autocuidado. Os resultados mostraram melhora no bem-estar, interação e engajamento, reforçando a importância da atuação interdisciplinar na valorização da pessoa idosa.

PALAVRAS-CHAVE: Projeto de Extensão; Envelhecimento ativo; Oficinas lúdicas; Promoção da saúde; Cognição e motricidade; Bem-estar do idoso.

¹ Acadêmica de Enfermagem da UCB. E-mail: angelica.c@a.ucb.br

² Acadêmica de Enfermagem da UCB. E-mail: deborah.assis@a.ucb.br

³ Acadêmica de Enfermagem da UCB. E-mail: eduarda.sa@a.ucb.br

⁴ Acadêmica de Enfermagem da UCB. E-mail: giihmaia@gmail.com

⁵ Acadêmica de Enfermagem da UCB. E-mail: grazielle.oliveira@a.ucb.br

⁶ Mestre em Gerontologia, docente da Universidade Católica de Brasília e Enfermeira do ambulatório de geriatria e gerontologia da Policlínica de Taguatinga- Brasília/DF. E-mail: neuzam@p.ucb.br

ABSTRACT

Extension project was held at Casa do Vovô (DF) from April to May 2025 with 46 elderly residents. It promoted nursing-led workshops to stimulate cognition, motor skills, self-esteem, and social bonds. Activities included games, music, art, dance, and self-care. Results showed improved well-being, engagement, and interaction, highlighting the importance of interdisciplinary action in enhancing elderly value and quality of life.

KEYWORDS: Extension Project; Active aging; Playful workshops; Health promotion; Cognition and motor skills; Elderly well-being.

INTRODUÇÃO

O estatuto do idoso explanado na lei 10.741 de outubro de 2003, considera como idoso o cidadão com sessenta anos ou mais. Alterado no ano de 2022 para o termo pessoa idosa, pela lei 14.423, visando mais respeito e inclusão. Dessa maneira, o poder público, aliado à comunidade e à família, é o grande responsável por garantir os direitos e, consequentemente, uma melhor qualidade de vida para essa faixa etária, principalmente quando há presença de senilidade, caracterizada como “envelhecimento patológico” (Rocha *et al.*, 2024, p. 5).

Com isso, a pessoa idosa deve ser compreendida de modo integral, relacionado ao processo do envelhecimento e não à doença, como explana Porth (2015), pelo fato da sua própria fisiologia priorizar suas reservas na garantia da homeostase. Com isso, o surgimento de distúrbios funcionais que associados à genética, a exposição ao longo dos anos a fatores ambientais, será capaz de influenciar na intensidade das manifestações clínicas do envelhecimento.

Nesse sentido, alterações na função neuromuscular, cardiovascular e resposta imunológica surgem naturalmente. Bem como, a perda de massa muscular e óssea, aliada à fragilidade tegumentar marcante nos cabelos que ficam brancos e na pele mais fina e sensível, assim como os sentidos que entram em declínio, junto a diminuição da respiração, com variações significativas nas atividades gastrointestinal, renal e geniturinária, segundo Porth (2015). São necessárias diferentes formas de estímulo para esse público.

Logo, as atividades lúdicas contribuem de forma fundamental para a melhoria da autoestima, bem como podem reduzir os fatores estressores, minimizando a ansiedade e a angústia presentes no cotidiano, pois as atividades permitem a expressão de sentimentos, a comunicação e interação social. Além disso, elas podem promover vários benefícios, como trabalhar as emoções, desenvolver a afetividade, estimular a convivência, diminuir o nível de ansiedade e de angústia, além de exercitar as funções psíquicas e cognitivas. As oficinas são, portanto, uma importante ferramenta para preservar e promover a saúde mental do idoso institucionalizado. (Costa, I. P. 2017).

O envelhecimento constitui-se como um processo complexo que, com o transcorrer dos anos, acarreta uma série de transformações físicas, psicológicas e sociais na vida do idoso, este requer atenção especial, à medida que a saúde, o estilo de vida e as perspectivas também se modificam. Essas modificações têm gerado maiores demandas aos profissionais e serviços de saúde e de assistência social, já que os idosos se defrontam com novas

necessidades, que exigem novas estratégias e espaço na sociedade atual (Souza; Lautert; Hilleshein, 2011). “O envelhecimento saudável é entendido na atualidade como a manutenção das habilidades físicas e cognitivas na velhice, sendo o objetivo de importantes estudos no campo da gerontologia” (Santos *et al.*, 2024, p. 2).

Portanto, os jogos de mesa, por sua vez, desempenham um papel significativo na promoção da saúde mental e social dos idosos. De acordo com Santos (2016), o ato de jogar é um recurso que contribui de forma significativa no processo de aprendizagem, respeito às regras, consolidação de conhecimentos prévios, bem como o desenvolvimento de atividades motoras psíquicas.

Diante do exposto, faz-se necessária a pesquisa de extensão para esse público idoso e institucionalizado, no intuito da promoção do bem-estar e qualidade de vida, por meio de oficinas de estimulação motora e cognitiva, agregando a rotina de cuidados da equipe multidisciplinar do local, além do conhecimento que será adquirido a todos participantes do grupo. Ao relacionarmos as manifestações clínicas do envelhecimento com as intervenções de enfermagem necessárias para a manutenção e desenvolvimento da mobilidade, coordenação, memória e autocuidado.

DESENVOLVIMENTO

A ação de intervenção de enfermagem na promoção de oficinas de motricidade e cognição para idosos ocorreu na Casa do Vovô, uma Instituição de Longa Permanência para Idosos (ILPI) localizada em Vicente Pires, Distrito Federal. O contexto em que a prática foi desenvolvida foi marcado por desafios sociais e emocionais intrínsecos ao ambiente institucionalizado.

Idosos residentes em ILPIs frequentemente lidam com a privação de liberdade e o distanciamento, ou até mesmo o abandono, de seus familiares, em contraste com idosos que frequentam centros de convivência. Essa realidade gera um sentimento de solidão, falta de afeto e atenção, que pode resultar em sofrimento psíquico, como a depressão, conforme destacado por Fleuri *et al.* (2016). Há uma necessidade premente de promover a participação comunitária e políticas públicas que, em parceria com as ILPIs, estimulem o bem-estar desse público, indo além dos cuidados médicos e físicos (Vasconcelos *et al.*, 2022).

O envelhecimento, por vezes, ainda é visto como uma enfermidade incapacitante, o que exige a adoção de medidas e atitudes positivas para a promoção da qualidade de vida e bem-estar do idoso (Kerber *et al.*, 2017). As atividades propostas buscam desmistificar essa visão, valorizando o envelhecer ativo e produtivo, e reintegrando os idosos em atividades que estimulem sua autonomia e identidade. A música, por exemplo, demonstrou ser uma ferramenta poderosa nesse sentido, permitindo aos idosos reviver memórias afetivas e fortalecer laços com sua história pessoal e coletiva (Santos, 2015; Lima, 2017).

A ação relatada foi direcionada a uma clientela de cerca de 46 idosos, tanto do sexo feminino quanto masculino, com idades variando entre 64 e 90 anos, residentes na Grandevo – Centro Especializado em Idosos LTDA., conhecida como Casa do Vovô, em Vicente Pires (DF).

A equipe que atuou na intervenção foi composta por estudantes de enfermagem, cujos nomes e responsabilidades nas atividades foram distribuídos da seguinte forma:

- Gislene Maia: Responsável pela atividade de socialização inicial e pelo "Dia da Beleza".

- Eduarda Sousa: Responsável pelas atividades de interação e vivência ("Teia do Envelhecimento", dança engraçada, jogo da memória), pela atividade de atividades de tato e desenhos.

- Angélica Cristina: Responsável pelas atividades de estímulo motor e cognitivo (alongamento com música, balões com TNTs, caminhadas e orações) e pela confraternização de encerramento.

- Grazielle Caldas: Responsável pelas atividades cognitivas e interativas de jogos de mesa (UNO, quebra-cabeça e cartas).

- Déborah Freitas: Responsável pelas atividades cognitivas, motoras, emocionais e sociais com foco em música (estimulação da memória e percepção musical, expressão corporal e interação).

Além das estudantes de enfermagem, a intervenção contou com a colaboração e apoio da equipe multidisciplinar da Casa do Vovô, incluindo cuidadores, que auxiliaram na logística, direcionamento e acolhimento dos idosos, garantindo a fluidez e segurança das atividades. A participação de familiares em visita, como o filho de uma das idosas, também enriqueceu as dinâmicas e reforçou o valor terapêutico das interações.

A intervenção se fundamentou na premissa de que o envelhecimento ativo e saudável é crucial para a qualidade de vida dos idosos, especialmente aqueles em instituições de longa permanência. A literatura corrobora a importância de intervenções que vão além dos cuidados básicos, focando nas dimensões psicossociais e motoras.

A utilização de jogos lúdicos, tabuleiros, jogos da memória, caça-palavras e atividades de adivinhação musical justifica-se pela capacidade de diminuir os declínios cognitivos associados ao envelhecimento (Santos, A. C. P. *et al.*, 2016). Jogos de mesa, em particular, oferecem um senso de pertencimento, entrosamento, diversão e distração, além de aumentar a autoestima e a memória. O envolvimento em atividades prazerosas preenche o tempo ocioso, construindo espaços de convivência e interação (Fleuri *et al.*, 2016; Santos, A. C. P. *et al.*, 2016). A música, por sua vez, além de estimular a memória afetiva e o reconhecimento de padrões sonoros, possui um caráter inclusivo que permite a participação ativa, independentemente das condições físicas ou cognitivas, fortalecendo a identidade e a autoestima (Santos, 2015; Lima, 2017).

A motricidade é entendida como a interação de diversas funções motoras, fundamental para o desenvolvimento global, a consciência de si e do mundo, e a conquista da independência nas atividades de vida diária e adaptação social (Kerber *et al.*, 2017). A exploração motora não é apenas um aspecto da saúde física, mas um pilar essencial para a manutenção da dignidade e integração social do idoso (Kerber *et al.*, 2017). A atividade com balões, por exemplo, simulou movimentos de vida diária, tornando os exercícios mais funcionais e divertidos.

A criação de um ambiente acolhedor foi um objetivo transversal, presente desde a socialização inicial até a confraternização final. O "Dia da Beleza" foi uma intervenção direta para estimular o autocuidado e a autoestima, gerando um sentimento de satisfação e

reafirmando o valor intrínseco dos idosos. Essas iniciativas demonstram a importância de cuidados que vão além da atenção médica, impactando significativamente na qualidade de vida ao agregar atividades que não possuem perfil tutelar (Vasconcelos et al., 2022). A promoção da saúde do idoso, tanto física quanto mental, é de suma importância para aumentar o estímulo de socialização, empoderamento individual e a valorização do envelhecer (Kerber et al., 2017).

METODOLOGIA

A pesquisa-ação se destaca como um instrumento metodológico essencial para projetos de extensão, pois favorece a integração entre ensino, pesquisa e extensão, além de promover o diálogo entre saberes acadêmicos e populares. Thiollent e Colette (2020, p. 43) afirmam que “a pesquisa-ação [...] propicia as interações necessárias entre conhecimento científico e saberes populares e contribui com uma reorientação solidária da relação universidade-sociedade”.

Com base nesse referencial, a metodologia aplicada no projeto foi a pesquisa-ação, um método que integra investigação e intervenção prática para solucionar problemáticas e promover mudanças sociais. Através de intervenções de enfermagem, foram adotadas práticas lúdicas, jogos coletivos, atividades individuais e manuais, com o objetivo de promover a qualidade de vida e o bem-estar dos idosos residentes na Casa do Vovô. A escolha desse método permitiu uma adaptação contínua às necessidades dos idosos e da instituição, conforme as demandas relatadas pela coordenação.

As atividades foram desenvolvidas em sete encontros, distribuídos entre abril e maio de 2025, com duração média de 4 horas por dia de visita. Cada encontro teve uma temática específica e práticas diversificadas para abordar diferentes dimensões da motricidade e cognição, bem como o bem-estar social e emocional dos idosos.

CARACTERIZAÇÃO E DESCRIÇÃO DA INTERVENÇÃO

A institucionalização pode afetar significativamente a saúde emocional, física e cognitiva dos idosos, exigindo estratégias que favoreçam sua autonomia, bem-estar e integração social. Segundo Fonseca et al. (2021), atividades planejadas no contexto institucional contribuem para a valorização do idoso e o fortalecimento de vínculos afetivos, promovendo um envelhecimento mais ativo e digno. Nesse sentido, as intervenções aqui descritas foram elaboradas com base nas necessidades observadas na instituição atendida, com foco na estimulação motora, cognitiva, emocional, social e espiritual dos residentes.

12/04/2025 – Ambientação e Socialização: O primeiro encontro foi dedicado a conhecer os idosos, suas rotinas e a equipe multidisciplinar da instituição. Através de conversas informais e observação, foi possível identificar as necessidades e preferências dos idosos em relação às atividades propostas, promovendo uma primeira oportunidade de socialização e interação, conforme solicitado pela coordenação.



Ambientação e socialização - Fonte: Elaborada pelas autoras (2025).

26/04/2025 – Interação e Vivência: "A Teia do Envelhecimento" e Dança: Na segunda visita à instituição, o grupo planejou uma atividade interativa intitulada "A Teia do Envelhecimento", com o objetivo de fortalecer os vínculos com os idosos e promover a integração do grupo. A dinâmica consistia em utilizar um novelo de barbante que seria passado de participante para participante, formando uma teia simbólica de conexão. Inicialmente, a proposta era que cada idoso se apresentasse ao receber o barbante. No entanto, ao sermos informados pela equipe da instituição sobre a preferência dos residentes em evitar apresentações formais, optamos por adaptar a atividade de maneira sensível, respeitando suas preferências e valorizando a escuta ativa.

O foco, então, passou a ser o compartilhamento de vivências felizes. Para dar início, uma das estudantes compartilhou uma memória pessoal, criando um clima de acolhimento e confiança que estimulou os idosos a também relatarem histórias significativas. A adesão foi

espontânea e afetuosa, revelando aspectos emocionais profundos, talentos manuais e experiências marcantes da vida de cada um, o que contribuiu para um ambiente de troca genuína. A presença de um familiar durante a atividade fortaleceu ainda mais os laços afetivos estabelecidos.

Após a roda de conversas, a sequência da intervenção incluiu uma dança descontraída em duplas, que estimulou a mobilidade, a espontaneidade e o bom humor dos participantes. Finalizamos com um jogo da memória em grupos, promovendo o estímulo cognitivo e o trabalho em equipe. A experiência reforçou a importância da escuta sensível, da adaptação às demandas do público-alvo e da valorização do protagonismo dos idosos no processo de cuidado.

Tabela de Relato dos Idosos, referente a Teia do Envelhecimento	
Participantes	Relato
1º Idosa (Zilma)	Nascimento do filho.
2º Idosa (Terezinha)	É feliz sempre.
3º Idosa (Margarida)	Nascimento dos filhos.
4º Idosa (Rosita)	É feliz todos os dias.
5º Idosa (Nina)	Dia do Casamento e Festa. Nascimento dos filhos.
6º Idosa (Tânia)	Quando trabalhou no Brasília Palace Hotel.
7º Filho da dona Nina (veio para visita)	Casamento e nascimento dos filhos.

Durante a realização da dinâmica, um talento até então desconhecido veio à tona: uma das idosas surpreendeu a todos ao demonstrar notável habilidade manual, confeccionando espontaneamente um colar artesanal com o próprio barbante da atividade. A destreza com que entrelaçou os fios, formando um belo adorno, impressionou até mesmo os profissionais da instituição, que desconheciam essa faceta criativa da residente. Esse momento de descoberta e expressão pessoal evidenciou o potencial das atividades lúdicas para revelar habilidades, fortalecer a autoestima e valorizar a individualidade. O impacto emocional da

dinâmica foi intensificado pela presença do filho de uma das idosas, que acompanhava a visita. Visivelmente emocionado, ele expressou sua alegria ao ouvir a mãe relembrar, diante de todos, um de seus momentos mais marcantes: o casamento e o nascimento dele. Esse testemunho reforçou o valor afetivo e terapêutico da atividade, evidenciando o poder das ações extensionistas de promover reconexões familiares e resgatar memórias significativas no contexto institucional.



Atividade - Teia do Envelhecimento - Fonte: Elaborada pelas autoras (2025).

28/04/2025 – Estímulo Motor e Cognitivo com Balões e Caminhada: O dia começou com alongamentos ao ar livre com música, promovendo flexibilidade e acolhimento. A atividade de movimentar balões com TNTs coloridos estimulou o equilíbrio e a coordenação motora, utilizando cores vibrantes para o estímulo visual e humor. O respeito aos limites individuais dos idosos foi enfatizado. A intervenção culminou com uma caminhada em grupos pela instituição e orações na capela, promovendo socialização e bem-estar espiritual.



Dinâmica de Alongamento e Motricidade Fina e Motora - Fonte: Elaborada pelas autoras (2025).

03/05/2025 – "Dia da Beleza": Autocuidado e Autoestima: Esta atividade focou na promoção do bem-estar, autoestima e interação social. Com um ambiente acolhedor e música suave, foram oferecidos serviços de maquiagem e penteados para as mulheres e penteados com gel para os homens. O momento da foto conjunta após os cuidados reforçou a valorização individual e a celebração da beleza, gerando um impacto significativo na autoestima dos idosos.



Atividade: Dia da Beleza - Fonte: Elaborada pelas autoras (2025).



Atividade: Dia da Beleza - Fonte: Elaborada pelas autoras (2025).

05/05/2025 – Estimulação Cognitiva e Física Multissensorial: Iniciou-se com alongamentos e percepção de cores através de símbolos coloridos no chão, combinados com música e dança, estimulando a atividade física e cognitiva. A atividade de tato com uma "caixa misteriosa" contendo diversos objetos do dia a dia aguçou os sentidos sensitivos, a curiosidade e a memória, sendo especialmente benéfica para o estímulo multissensorial e cognitivo, inclusive para uma idosa com Transtorno Obsessivo-Compulsivo (TOC), que demonstrou grande engajamento. Em seguida, foram realizadas atividades de caça-palavras e desenhos para colorir.



Dinâmica de Caixa Misteriosa Tátil - Fonte: Elaborada pelas autoras (2025).



Dinâmica de Caixa Misteriosa Tátil - Fonte: Elaborada pelas autoras (2025).

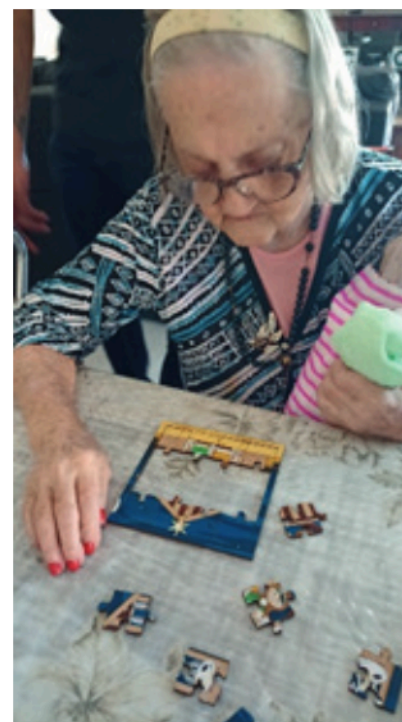


Oficina de Motricidade Fina- Fonte: Elaborada pelas autoras (2025).

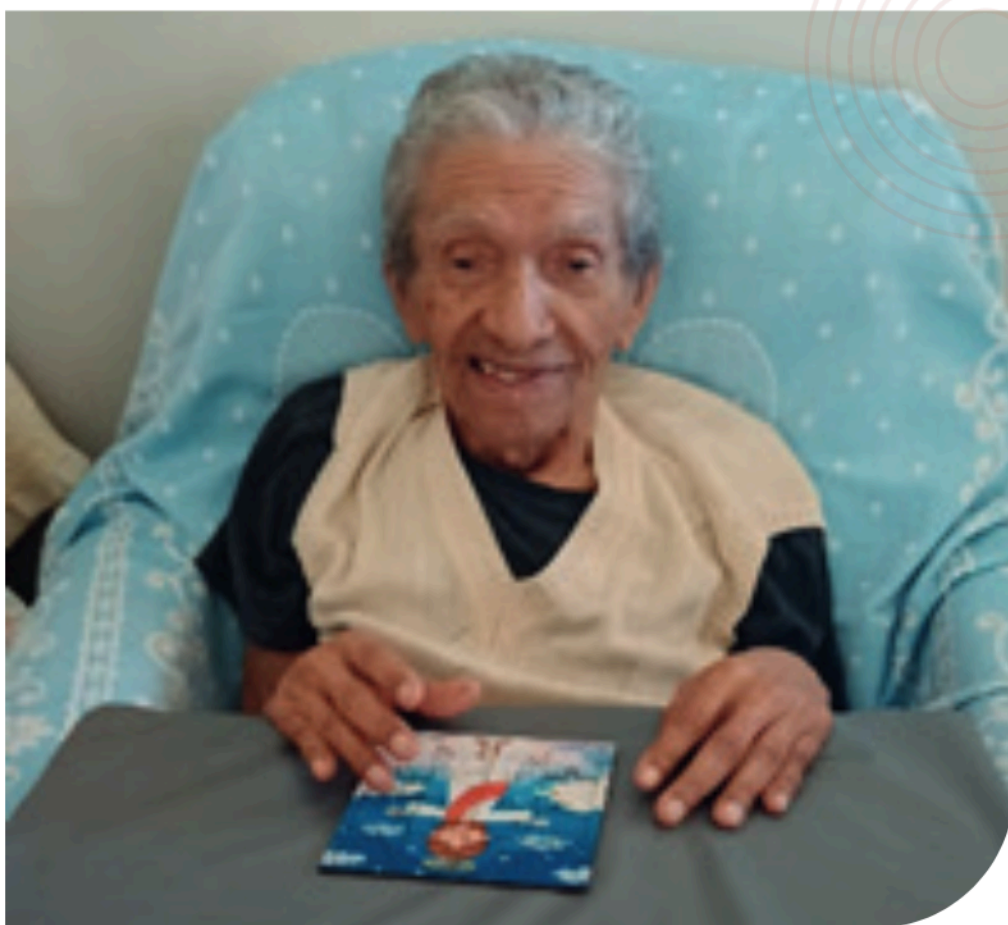
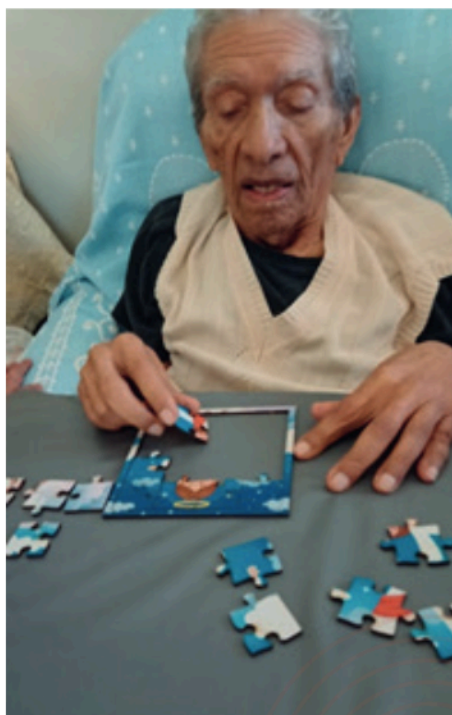


Oficina de Motricidade Fina- Fonte: Elaborada pelas autoras (2025).

12/05/2025 – Jogos de Mesa: Cognição e Interação: O dia foi dedicado a jogos de mesa como quebra-cabeças, UNO e cartas. A competição de quebra-cabeças em grupos estimulou a concentração e o empenho. Para idosos com dificuldade em jogos coletivos, o UNO foi introduzido como uma nova e divertida opção, promovendo acolhimento e aprendizado. A entrega de jogos como lembrança para um dos idosos reforçou o incentivo à continuidade da prática lúdica.



Montagem de Quebra-cabeça - Fonte: Elaborada pelas autoras (2025).



Montagem de Quebra-cabeça - Fonte: Elaborada pelas autoras (2025).



Jogos de Cartas- Fonte: Elaborada pelas autoras (2025).

17/05/2025 – Atividade Cognitiva, Motora, Emocional e Social com Música: O encontro focou na estimulação da memória e percepção musical através da adivinhação de músicas, com o facilitador dando dicas se necessário, trabalhando reconhecimento de padrões sonoros. Em um segundo momento, músicas animadas foram utilizadas para estimular a expressão corporal e a interação, com movimentos simples que os idosos podiam imitar, promovendo atividade física e integração com o grupo. A participação de uma idosa com deficiência visual destacou o caráter inclusivo da música.



Roda de Música - Fonte: Elaborada pelas autoras (2025).



Roda de Música - Fonte: Elaborada pelas autoras (2025).

19/05/2025 – Confraternização de Encerramento: O projeto foi encerrado com uma confraternização festiva, com música e dança, promovendo um ambiente descontraído de socialização. A entrega de lembrancinhas (livro de caça-palavras, santinho e bolinhas antiestresse) simbolizou a gratidão e o impacto positivo da educação em saúde promovida.



Dia de despedida - entrega de lembrancinhas - Fonte elaborada pelas autoras, 2025.



Dia de despedida - entrega de lembrancinhas - Fonte elaborada pelas autoras, 2025.

As ações realizadas evidenciaram o potencial terapêutico das atividades lúdicas, expressivas e multissensoriais no contexto institucional. Conforme Silva e Neri (2020), intervenções regulares e diversificadas promovem melhorias significativas na autoestima, na funcionalidade e na saúde mental dos idosos. Além disso, a escuta ativa, o respeito às individualidades e o estímulo à participação contribuíram para o fortalecimento do vínculo entre profissionais e residentes, refletindo positivamente na qualidade de vida dessa população.

Nesse contexto, considerando os princípios éticos e legais que regem a atuação em instituições de longa permanência, a instituição responsável providenciou um termo de autorização para o uso de imagem dos idosos, assegurando o respeito à privacidade e à ética nas ações desenvolvidas. Todas as imagens eventualmente utilizadas para fins de registro ou divulgação foram previamente autorizadas.

RESULTADOS ALCANÇADOS

O projeto Intervenções de enfermagem na promoção de oficinas de motricidade e cognição para idosos na Casa do Vovô em Vicente Pires, no Distrito Federal foi iniciado no dia 12 de abril de 2025 até o dia 19 de maio de 2025, com dois encontros por semana, segundas-feiras e aos sábados, sendo muito bem recebido pelos idosos e pela instituição. Diante disso, o projeto ocorreu em sete partes, sendo elas: ambientação e apresentação aos idosos (socialização), atividades de interação e vivências, estímulos motores e cognitivos, autocuidado, jogos de mesa, atividades físicas, atividades de socialização e trabalhamos as emoções com músicas.

Visamos apresentar aos idosos formas lúdicas e variadas de comunicação, como atividades de alongamentos com a utilização de balões, rodas de músicas e dança, caixa misteriosa de senso tátil, atividades de colorir desenhos de mandalas e a realização de completar as formas de desenhos através de colagem de bolinhas coloridas de papel crepom para estimular a motricidade fina, além disso, o dia do autocuidado foi crucial para reafirmar aos idosos o seu valor intrínseco e celebrar a beleza única que reside em cada um. Essa iniciativa gerou um impacto significativo na autoestima, ao lembrá-los de que a atenção a si mesmos é um ato de reconhecimento da própria importância.

Como resultado, a participação ativa dos idosos, aliada ao apoio contínuo da instituição, revelou-se profundamente gratificante, confirmando o valor e a efetividade das intervenções propostas. Tornou-se evidente a transformação no bem-estar dos participantes, que demonstraram maior disposição, engajamento e interação social ao longo das oficinas. A alegria expressa em cada reencontro e o entusiasmo com as atividades desenvolvidas foram indicativos claros do impacto positivo e duradouro que a iniciativa exerceu em suas vidas.

Esse reconhecimento também foi compartilhado pela gestão da instituição, que destacou o comprometimento e a sensibilidade da equipe extensionista:

"Alunas muito atenciosas às necessidades dos idosos e da instituição. Trabalharam com afinco dentro do escopo proposto e trouxeram resultados surpreendentes, somaram bastante!"

— Matheus de Castro Gaudart, Diretor da Casa do Vovô de Vicente Pires.

O projeto se mostrou eficaz na sua implementação, ao qual, apesar da breve duração inicial, a receptividade dos idosos foi tão significativa que resultou em uma demanda espontânea por encontros adicionais, demonstrando o êxito das atividades e o profundo impacto gerado em suas vidas. Na pesquisa-ação realizada na Casa do Vovô em Vicente Pires, observamos algumas necessidades a serem atendidas, como a ampliação da socialização dos idosos, estímulos à motricidade fina e cognitiva, e a importância do autocuidado para reafirmação de seus valores intrínsecos. Ademais, assim como no projeto de Sousa et al. (2025, p. 7), “com o passar das semanas, foi possível observar que os idosos começaram a formar equipes que ficavam juntos, o que favorecia conversas entre eles e cumplicidade no desenvolvimento da atividade.”

RELAÇÃO DA PRÁTICA COM OS CONCEITOS DE EXTENSÃO

A ação extensionista desenvolvida na Casa do Vovô, uma Instituição de Longa Permanência para Idosos, evidenciou a importância de abordagens interdisciplinares e humanizadas no cuidado à pessoa idosa institucionalizada. Através de oficinas de estimulação motora, cognitiva, emocional e social, foi possível observar impactos positivos na autoestima, na expressão de afetos, na interação social e no resgate de memórias e identidade dos participantes.

As atividades lúdicas, em especial aquelas mediadas pela música e pelo jogo, demonstraram ser ferramentas eficazes para a promoção da saúde mental e do bem-estar, contribuindo diretamente para o enfrentamento da solidão, da ansiedade e de sentimentos de abandono frequentemente presentes no cotidiano institucional. O envolvimento ativo das estudantes de enfermagem possibilitou a vivência prática de estratégias de cuidado integrativo, centrado no idoso como sujeito de direitos e não apenas como portador de limitações.

Nesse contexto, as atividades lúdicas e integrativas ganham destaque como estratégias eficazes para a promoção da saúde mental e emocional dos residentes em instituições de longa permanência. Costa et al. (2017) e Kerber et al. (2017) evidenciam que jogos, música e dinâmicas de grupo favorecem a socialização, o resgate da identidade e a expressão afetiva, reduzindo sentimentos de solidão e ansiedade tão comuns entre esses indivíduos. Além disso, Silva e Neri (2020) ressaltam que intervenções psicossociais contribuem significativamente para a melhoria da autoestima e da funcionalidade, potencializando a saúde mental.

Além disso, a intervenção proporcionou as discentes o fortalecimento de competências relacionais, éticas e técnicas, fundamentais à formação profissional comprometida com o envelhecimento saudável e com o protagonismo da pessoa idosa na sociedade. A experiência reafirma a relevância das ações de extensão como um elo entre teoria e prática, entre universidade e comunidade, e como instrumento de transformação social.

A extensão universitária, ao aproximar estudantes e comunidade, representa um espaço privilegiado para o desenvolvimento dessas práticas. Thiollent e Colette (2020) apontam que a extensão é fundamental para o fortalecimento da relação universidade-sociedade, promovendo a formação cidadã dos discentes e a transformação social das populações

atendidas. Essa prática permite a vivência concreta dos direitos da pessoa idosa, como enfatizado no Estatuto do Idoso (BRASIL, 2003; Lei nº 14.423/2022), assegurando um envelhecimento digno e respeitoso.

Portanto, torna-se essencial que essas iniciativas sejam fortalecidas e ampliadas, estimulando políticas públicas e práticas institucionais que promovam o envelhecimento ativo, respeitoso e digno, contribuindo para uma sociedade mais inclusiva e sensível às singularidades do envelhecer.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003. Estatuto do Idoso. Brasília, DF: **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Poder Legislativo, 3 out. 2003. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.741.htm

Último acesso: 31 de março de 2025.

COSTA, I. P. et al. A importância das atividades lúdicas para a saúde mental do idoso institucionalizado: um relato de experiência. In: **Anais do II Congresso Brasileiro de Ciências da Saúde**. 2017. p. 14-16.

FLEURI, R. M. et al. A realidade de idosos institucionalizados: solidão, abandono e estratégias de cuidado. **Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 4, p. 545–556, 2016.

FONSECA, R. A.; LIMA, C. F.; MELO, S. T. Ações integrativas em instituições de longa permanência: perspectivas para o envelhecimento saudável. **Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia**, v. 24, n. 1, p. 1–10, 2021.

KERBER, Vera Lúcia et al. Promoção da motricidade e saúde mental dos idosos: um estudo de revisão. **Saúde e Pesquisa**, v. 10, n. 2, p. 357-364, 2017. Acesso em 29 de março de 2025.

Lei nº 14.423, de 22 de julho de 2022, que alterou a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, para substituir, em toda a Lei, as expressões “idoso” e “idosos” pelas expressões “pessoa idosa” e “pessoas idosas”, Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2022/Lei/L14423.htm#art1

Último acesso: 31 de março de 2025.

LIMA, M. (2017). Música e identidade no envelhecimento: Reflexões sobre a prática de rodas de música em ILPIs. **Revista de Psicologia e Sociedade**.

PORTH, C. M.; GROSSMAN, Sheila. **Fisiopatologia**. 9. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2015.

ROCHA, Luana Araújo et al. Análise da vulnerabilidade clínico-funcional em grupos de idosos em uma estratégia de saúde da família. **Revista Contemporânea**, v. 4, n. 12, p. e6858-e6858, 2024. Disponível:

<https://ojs.revistacontemporanea.com/ojs/index.php/home/article/view/6858/4894>

Último acesso 31 de março de 2025.

SANTOS, Ana Cristina Pereira dos. **Jogos de mesa na terceira idade e sua importância para a Aprendizagem: um olhar psicopedagógico**. 2016.

SANTOS, P. (2015). Socialização e música: Um estudo de caso sobre a roda de música em ILPIs. **Psicologia e Saúde Coletiva**.

SANTOS, Lilian Cristina dos; LEANDRO, Suderlan Sabino; ALVES, Vicente Paulo; CHARIGLIONE, Isabelle Patrícia Freitas Soares. Estudo longitudinal da saúde do idoso na perspectiva psicossocial e física. **Revista Psicologia e Saúde**, Campo Grande, v. 16, e16252046, jan./dez. 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.20435/pssa.v16i1.2046>

Acesso em: 1 jul. 2025.

SILVA, M. J.; NERI, A. L. Intervenções psicossociais com idosos institucionalizados: contribuições para a saúde mental. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 36, n. 4, p. e00012320, 2020.

SOUSA, Raquel da Silva; SOUSA, Bruna da Silva; NEUHAUSS, Erli; LOVATO, Viviane; MARÃES, Vera Regina Fernandes da Silva. Uso do bingo como atividade de estímulo cognitivo, social e físico: relato de experiência. **Revista Diálogos**, Brasília, DF, v. 6, n. 1, p. 1–10, 2025.

Disponível em: <https://revista.redegeronto.com.br/index.php/dialogos/article/view/56/97>

Acesso em: 30 jun. 2025.

THIOLLENT, Michel Jean Marie; COLETTE, Maria Madalena. Pesquisa-ação, universidade e sociedade. **Revista Mbote**, Salvador, v. 1, n. 1, p. 42–66, jan./jun. 2020. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/mbote/index>

Acesso em: 1 jul. 2025.

VASCONCELOS, C. L. B. de.; BASTOS, G. C. F. C.; SOUSA, I. F. de.; ALMEIDA, R. J. de. Qualidade de vida de idosos institucionalizados no Brasil: uma revisão integrativa. **Revista Brasileira Militar de Ciências**, [S. l.], v. 8, n. 20, 2022. Disponível em:

<https://rbmc.org.br/rbmc/article/view/133/74>

Último acesso 27 de março de 2025.

PROJETO UMA SÓ SAÚDE DF: CONECTANDO SABERES E TRANSFORMANDO REALIDADES POR MEIO DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

ONE HEALTH DF PROJECT: CONNECTING KNOWLEDGE AND TRANSFORMING REALITIES THROUGH UNIVERSITY EXTENSION

Douglas Ruan da Silva Gomes¹

Felipe Oliveira Resende²

Itacir João Piasson³

Júlio César Lacerda Júnior⁴

RESUMO

O projeto "Uma Só Saúde DF" articula as dimensões da saúde humana, animal e ambiental em comunidades vulneráveis do Distrito Federal. Como ação de extensão universitária, promove educação em saúde, prevenção de zoonoses, sustentabilidade e bem-estar coletivo, por meio de oficinas em escolas, rodas de conversa, campanhas digitais, diagnósticos participativos e fortalecimento de redes colaborativas intersetoriais.

PALAVRAS-CHAVE: extensão universitária; saúde única; zoonoses; vulnerabilidade social; meio ambiente.

ABSTRACT:

The "One Health DF" project integrates human, animal, and environmental health in vulnerable communities of Brazil's Federal District. As a university extension initiative, it promotes health education, zoonosis prevention, sustainability, and collective well-being through school workshops, discussion circles, digital campaigns, participatory diagnoses, and the strengthening of intersectoral collaborative networks.

KEYWORDS: university extension; one health; zoonoses; social vulnerability; environment.

¹ Graduando em Medicina Veterinária – Universidade Católica de Brasília (UCB)
douglasruangomes2022@gmail.com

² Biólogo; Graduando em Medicina Veterinária – Universidade Católica de Brasília (UCB)
felipe.o.resende@gmail.com

³ Doutorado em Psicologia; Professor universitário – Universidade Católica de Brasília (UCB)
itacir.joao@p.ucb.br

⁴ Biólogo; Graduando em Medicina Veterinária – Universidade Católica de Brasília (UCB)
julio.lacerda@a.ucb.br

INTRODUÇÃO

A concepção da saúde como um fenômeno multidimensional, que ultrapassa os limites da biomedicina, tem ganhado cada vez mais relevância nas últimas décadas. Esse entendimento se fortalece especialmente com a consolidação da abordagem "Uma Só Saúde" (*One Health*), que reconhece a interdependência entre a saúde humana, a saúde animal e o equilíbrio dos ecossistemas. Para enfrentar os desafios sanitários atuais, essa perspectiva propõe respostas integradas e interdisciplinares (Gibbs, 2014; Lerner; Berg, 2017).

No Brasil, essa articulação entre saúde, meio ambiente e sociedade é orientada por compromissos nacionais e internacionais, como os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Dentre eles, destacam-se o ODS 3 (Saúde e Bem-Estar), o ODS 11 (Cidades e Comunidades Sustentáveis) e o ODS 15 (Vida Terrestre), que reforçam a importância de políticas públicas baseadas na sustentabilidade e na justiça socioambiental (Brasil, 2016).

Nesse contexto, a universidade exerce um papel estratégico como promotora de transformação social. Por meio da extensão universitária, ela conecta saberes acadêmicos e populares, contribuindo para a construção coletiva de soluções locais e o fortalecimento da cidadania (Freire, 1983; Gadotti, 2009).

Além disso, a saúde coletiva, consolidada no país a partir da Reforma Sanitária, introduz uma leitura crítica sobre os determinantes sociais da saúde. Essa abordagem questiona o modelo médico-hegemônico e propõe um cuidado que não se limita à dimensão técnica, mas que se constrói na relação entre sujeitos, territórios e instituições (Paim, 2006; Ayres, 2009).

Nesse mesmo caminho, a antropologia da saúde contribui ao evidenciar como práticas culturais, relações de poder e experiências cotidianas influenciam a forma como as pessoas vivenciam a saúde, o adoecimento e os processos de cura (Minayo, 2006; Good, 1994).

É nesse cenário que o projeto "Uma Só Saúde DF" se insere como uma resposta prática e colaborativa. A iniciativa desenvolve ações educativas e intersetoriais voltadas à promoção da saúde coletiva em comunidades do Distrito Federal.

Mais do que transmitir informações sobre zoonoses e cuidados ambientais, o projeto busca estimular o engajamento social e o fortalecimento de redes de colaboração. Com base em princípios éticos, pedagógicos e ecológicos, ele propõe a transformação de realidades locais por meio do diálogo e da construção conjunta de soluções. Ao fazer isso, reafirma o compromisso da universidade com a formação crítica, a inclusão social e o desenvolvimento sustentável.

OBJETIVOS

O projeto possui os seguintes objetivos principais:

- Disseminar o conceito de Uma Só Saúde como modelo de promoção da saúde integral;
- Promover educação popular em saúde pública, bem-estar animal e sustentabilidade ambiental;
- Engajar comunidades locais por meio de metodologias participativas e dialógicas;
- Criar um modelo de extensão universitária replicável, de baixo custo e alto impacto.

METODOLOGIA

Foram adotadas metodologias qualitativas com base em observação participante e não participante (Gil, 2011), oficinas educativas, rodas de conversa, entrevistas e análise de campo. As ações foram realizadas em escolas públicas, centros comunitários e abrigos, com envolvimento direto de estudantes de graduação, docentes, representantes do terceiro setor e órgãos públicos.

As atividades foram planejadas com base em diagnósticos situacionais locais, envolvendo também a produção de materiais informativos, campanhas em redes sociais e análise de impacto qualitativo.

Aspectos éticos

Todas as imagens utilizadas neste artigo foram autorizadas pelas pessoas retratadas, mediante assinatura de termo de consentimento livre e esclarecido. Os nomes mencionados nos relatos são pseudônimos, empregados com o objetivo de resguardar a identidade dos participantes.

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

Veterinários Mirins

Foram realizadas palestras em escolas públicas, com participação ativa dos alunos e exposição de animais, abordando temas como prevenção de zoonoses, cuidado responsável e conexões entre saúde humana e animal (Fao et al., 2017).

Essas ações despertaram curiosidade, promoveram o diálogo e incentivaram atitudes mais conscientes sobre convivência e meio ambiente.

Rodas de Conversa e Workshops

Foram organizados encontros com moradores, especialistas e lideranças para discutir temas como saúde ambiental, bem-estar coletivo e políticas públicas. Os espaços foram construídos de forma horizontal e acessível, incentivando a troca de saberes e experiências (Ceccim & Ferla, 2008).

Campanhas Digitais

Produziram-se conteúdos digitais, vídeos, infográficos, quizzes e depoimentos, que ampliaram o alcance das mensagens, especialmente entre jovens e usuários de redes sociais.

A estratégia digital complementou as ações presenciais, com linguagem acessível e envolvente.

Estudo de Caso: Albergue Conviver

No Albergue Conviver, investigou-se a convivência entre pessoas em situação de rua e seus animais de estimação. A presença dos animais contribuiu para vínculos afetivos e maior adesão aos serviços do abrigo, evidenciando o papel do afeto como dimensão da saúde (Desjarlais, 1997). O estudo também dialoga com reflexões da antropologia sobre o cuidado em contextos de vulnerabilidade.

Resultados e Impactos

O projeto "Uma Só Saúde DF" gerou resultados concretos e significativos em diferentes dimensões: educativa, social, científica e institucional. As ações desenvolvidas impactaram não apenas os participantes diretos, mas também a comunidade local e os atores institucionais envolvidos.

Um dos principais destaques foi o estudo etnográfico conduzido no Albergue Conviver. A investigação revelou que a presença de animais junto aos usuários favoreceu não apenas o acolhimento emocional, mas também a adesão aos serviços ofertados. A observação participante e os diálogos estabelecidos permitiram compreender que os vínculos com os animais representam formas legítimas de cuidado e afeto (Figura 1), funcionando como suporte emocional em contextos de alta vulnerabilidade social.



Figura 1 - Acervo do GOMES, D. R. S, 2025, moradores em situação de rua com seus animais nas proximidades do albergue.

Esses laços afetivos foram evidenciados em relatos como o de João (45 anos), que destacou:

"Para mim, meu cachorro é mais que um animal; é minha família. Mesmo vivendo nas ruas, cuido dele com muito carinho, dou comida e protejo como se fosse um filho. Sem ele, a solidão seria ainda maior."

Carlos (50 anos), outro morador em situação de rua, compartilhou:

"Eu sempre digo que meus animais são minha família. Eles estão comigo em todos os momentos, me oferecem conforto e me ajudam a manter a esperança. Me deixam longe das drogas. Já deixei de beber para comprar comida para ele. Mesmo com todas as dificuldades, vejo neles um motivo para seguir em frente."

Esse componente relacional, muitas vezes ignorado por políticas públicas tradicionais, evidencia a importância de abordagens integradas e humanizadas em saúde, que reconheçam os vínculos afetivos com os animais como parte essencial das estratégias de cuidado e acolhimento.

Outro eixo de atuação relevante foi o programa "Veterinários Mirins", implementado em escolas públicas do Distrito Federal. As atividades com crianças e adolescentes, como demonstrações com animais (Figura 2), jogos educativos e rodas de conversa, despertaram interesse e ampliaram o conhecimento sobre zoonoses, bem-estar animal e cuidado ambiental.



Figura 2 - Acervo do RESENDE, F. O, 2025, no Centro de Educação Infantil 01 de Sobradinho dia 13/05, mostrando como um dragão-barbudo (*Pogona vitticeps*) para crianças.

As práticas lúdicas e interativas demonstraram ser eficazes na promoção de valores como empatia, responsabilidade e cidadania desde a infância (Figura 3). Os depoimentos das crianças participantes ilustram os efeitos da ação educativa (Figura 4 e 5):

“Eu achei muito legal ver a coruja de pertinho! Ela pisca devagar e parece estar pensando. Agora eu sei que os bichos também podem ficar doentes.” – Lívia, 7 anos

“A jiboia não tem veneno! Eu aprendi que ela é importante pra natureza e que a gente tem que cuidar bem dos animais.” – Pedro, 7 anos

“A calopsita canta muito bonito! Agora eu sei que a gente tem que levar no veterinário também, igual cachorro e gato.” – Miguel, 9 anos

“Quero cuidar dos animais e do meio ambiente. Agora sei que tudo está conectado e que o veterinário ajuda a proteger todos nós.” – Lucas, 10 anos



Figura 3 - Acervo do RESENDE, F. O, 2025, no Colégio Ideal 708/907 – Asa Sul no dia 20/05, mostrando uma suindara (*Tyto furcata*).



Figura 4 - Atividade desenvolvida depois pela escola acervo do Centro de Educação Infantil 01 de Sobradinho.



Figura 5 - Atividade desenvolvida depois pela escola acervo do Centro de Educação Infantil 01 de Sobradinho.

O impacto das ações não se limitou ao ambiente escolar. Crianças da comunidade também manifestaram percepções sobre a convivência com animais em situação de rua, como relata Júlia (9 anos):

“Eu fico com um pouquinho de medo quando vejo cachorros na rua, porque eles correm rápido e às vezes latem alto. Mas eu também sinto pena, porque acho que eles ficam sozinhos e precisam de um lar para cuidar deles melhor.”

João (10 anos), também morador da região, acrescentou:

“Na volta da escola, eu vejo muitos animais de rua, como cachorros e gatinhos, e fico triste porque parece que ninguém cuida deles. Eu imagino que eles estejam com fome e com frio, e queria que as pessoas ajudassem a cuidar deles.”

No ambiente digital, o projeto também apresentou resultados expressivos. Campanhas com conteúdos audiovisuais e interativos foram disseminadas por redes sociais e aplicativos de mensagens, ampliando significativamente o alcance das ações educativas (Figura 6). linguagem acessível e visual atrativo, o perfil @umasosaudedf disseminou informações sobre saúde única, bem-estar animal e cuidado ambiental, promovendo engajamento especialmente entre o público jovem e em contextos comunitários diversos.



Figura 6 - Campanhas digitais do projeto "Uma Só Saúde DF" no Instagram

Além desses impactos, a iniciativa promoveu o fortalecimento das redes intersetoriais, estreitando os vínculos entre universidade, sociedade civil e órgãos públicos. Destaca-se ainda a formação técnica e cidadã dos estudantes universitários envolvidos, bem como a produção de materiais educativos com abordagem inclusiva, ética e sustentável.

Outro avanço importante foi a proposição de modelos replicáveis e de baixo custo, adequados para orientar novas iniciativas em outras regiões do Distrito Federal e entorno. Essa estratégia amplia o alcance da proposta e reforça seu potencial de impacto em médio e longo prazo.

Em termos mais amplos, o projeto também contribuiu para uma reflexão crítica sobre as políticas públicas em saúde. Ao ampliar a compreensão do conceito de saúde, superando o enfoque estritamente biomédico, promoveu uma visão sistêmica, ecológica e ética do cuidado, alinhada aos princípios da abordagem *One Health*.

DISCUSSÃO

A experiência do “Uma Só Saúde DF” reflete tendências observadas em sistemas de saúde integrados, como o SUS, que incorporam a filosofia *One Health* para ampliar o escopo e a eficácia das ações em zoonoses e saúde ambiental (Souza et al., 2021). Um estudo sobre a aplicação concreta dessa abordagem no Brasil destacou que a integração entre saúde humana, animal e ambiental fortalece a vigilância epidemiológica e permite respostas mais eficazes a epidemias zoonóticas (Souza et al., 2021).

Por outro lado, perspectivas antropológicas apontam que a saúde não se reduz ao biológico, mas se enraíza em práticas culturais e relações de poder (Wolf, 2015). O trabalho de Wolf (2015) demonstra que a análise de doenças infecciosas a partir de uma ótica biocultural revela como fatores socioculturais moldam padrões de transmissão, o que reforça a necessidade de compreender profundamente o contexto local nos territórios onde atuamos.

A experiência no Albergue Conviver reflete essa perspectiva: os vínculos afetivos entre pessoas em situação de rua e seus animais constituem uma forma legítima de cuidado mútuo, muitas vezes invisibilizada pelas políticas públicas tradicionais. Uma das participantes afirmou: “Ele [o cachorro] me protege, me esquento no frio. É mais família que muita gente.”

Essa fala revela o cuidado como uma prática relacional e afetiva, alinhando-se às discussões de Larrea-Killinger et al. (2023), segundo as quais o cuidado em saúde deve ser compreendido em termos culturais e afetivos, e não apenas sob a ótica biomédica. Ao considerar esses vínculos, o projeto não apenas presta atendimento, mas também reconhece e valoriza redes informais de cuidado que são fundamentais para a saúde e o bem-estar dessas pessoas.

Além disso, iniciativas participativas, como rodas de conversa e oficinas, corroboram evidências sobre a eficácia da governança participativa em saúde pública no Brasil. Pesquisas internacionais mostram que conselhos municipais de saúde estão associados a melhoras em indicadores como a redução da prevalência de HIV/Aids, exemplificando o valor do engajamento comunitário para a efetividade das políticas públicas (Pires et al., 2013).

Por fim, a comunicação digital adotada pelo projeto reforça a reconfiguração contemporânea do espaço público para o engajamento cívico. Conteúdos digitais acessíveis são reconhecidos como ferramentas importantes para envolver o público jovem e promover a alfabetização em saúde (Stärk et al., 2015).

Um jovem participante do projeto, identificado pelo pseudônimo João, relatou:

“Gosto muito dos vídeos que vocês fazem, mas às vezes não consigo assistir direito porque a internet aqui é ruim. Também acho difícil entender algumas palavras que aparecem, queria que fosse mais simples.”

Esse relato aponta para desafios concretos de acesso e compreensão, que não podem ser negligenciados em estratégias digitais de saúde. Estudos sobre letramento digital enfatizam que o simples acesso à tecnologia não garante inclusão efetiva; é necessário considerar a qualidade da conexão, o nível de familiaridade do público com as ferramentas digitais e o uso de linguagem acessível (Silva & Pereira, 2019).

Ao dialogar com essa fala, fica evidente que, para ampliar o alcance e a efetividade da comunicação digital em saúde, é fundamental incorporar estratégias que respeitem a diversidade socioeconômica e cultural dos usuários. Conforme destaca Côrtes (2020), programas que investem em conteúdos multimodais e simplificados, aliados a ações de capacitação digital, apresentam maiores índices de engajamento e impacto em populações vulneráveis.

Esse feedback reforça a necessidade de integrar práticas de inclusão digital às políticas e projetos de saúde, contribuindo para a democratização do conhecimento e o fortalecimento do protagonismo comunitário.

CONCLUSÃO

O projeto "Uma Só Saúde DF" demonstra que a extensão universitária, quando orientada por valores éticos, dialógicos e interdisciplinares, pode gerar impactos significativos na promoção da saúde. A articulação entre dimensões humana, animal e ambiental mostrou-se eficaz na construção de soluções locais para problemas complexos.

A replicabilidade do projeto em outros contextos é viável, dada sua flexibilidade metodológica e baixo custo. Recomenda-se o fortalecimento de parcerias institucionais e o investimento na avaliação de impactos de médio e longo prazo.

Mais do que levar conhecimento, a universidade é chamada a caminhar junto com os territórios, reconhecendo neles potencialidades para a construção coletiva de uma sociedade mais justa, saudável e sustentável.

AGRADECIMENTOS

A realização do projeto “Uma Só Saúde DF” contou com o apoio e o compromisso de diversas instituições e coletivos que acreditam na construção de uma saúde mais integrada, participativa e ética.

Agradecemos à Universidade de Brasília (UnB), por meio da Sala de Situação de Saúde (SDS), pela contribuição técnica, apoio institucional e pelo estímulo à articulação intersetorial e interinstitucional.

Ao Instituto Federal de Brasília – Campus Planaltina, especialmente ao Laboratório de Realidade Integrada (LARI), agradecemos pela colaboração metodológica, pelo suporte na execução das atividades de campo e pela integração entre ensino, pesquisa e extensão.

Nosso reconhecimento também vai para a Liga Acadêmica de Patologia Veterinária (LAPATO) e à Liga Acadêmica de Fauna Silvestre da Universidade Católica de Brasília (LAFAUS), pelo envolvimento ativo nas ações educativas e pelo apoio na mobilização de estudantes em todas as etapas do projeto.

Estendemos nossos agradecimentos à equipe do Mundo Silvestre – Medicina de Animais Silvestres e Exóticos, pelo suporte técnico e pela atuação dedicada nas atividades clínicas e educativas com foco na fauna.

A todos os estudantes, professores, profissionais da saúde, voluntários e membros da comunidade que contribuíram para o êxito do projeto, expressamos nossa sincera gratidão. O sucesso das ações reflete a força da colaboração entre diferentes saberes e o compromisso coletivo com territórios mais saudáveis e solidários.

REFERÊNCIAS

Ayres, J. R. C. M. Sujeito, intersubjetividade e práticas de saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 6, n. 1, p. 63–72, 2001. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/csc/a/rJ5dYsWzDHmR8TFcwjmsrZP>

Brasil. Governo Federal. **Objetivos de desenvolvimento sustentável**. Brasília: Governo Federal, 2016. Disponível em:

<https://www.gov.br/participamaisbrasil/priorizacao-no-brasil-das-metas-dos-ods1>

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. **Política Nacional de Promoção da Saúde / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde**. – 3. ed. – Brasília: Ministério da Saúde, 2010. Disponível em:

https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_promocao_saude_3ed.pdf

Ceccim, R. B.; Ferla, A. A. Educação permanente em saúde. In: Campos, G. W. S. et al. (Org.). **Tratado de saúde coletiva**. São Paulo: Hucitec, 2008. p. 337–370. Disponível em:

<https://www.sites.epsjv.fiocruz.br/dicionario/verbetes/edupersau.html>

Desjarlais, R. *Shelter Blues: sanity and selfhood among the homeless*. **Philadelphia: University of Pennsylvania Press**, 1997. Disponível em: <https://www.upenn.edu/pennpress/book/151.html>

FAO; OIE; WHO; OPAS. *One Health: a perspective on the interconnectedness of health*. **Rome: FAO**, 2017. Disponível em: <http://www.fao.org/3/a-i7125e.pdf>

Freire, P. **Extensão ou comunicação?** 9. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1983. Disponível em: <https://www.pazeterra.com.br/extension-ou-comunicacao>

Gadotti, M. **Educar para a sustentabilidade**. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2009. Disponível em: <https://www.institutopaulofreire.org.br/educar-para-a-sustentabilidade>

Gibbs, E. P. J. The evolution of One Health: a decade of progress and challenges for the future. **Veterinary Record**, v. 174, n. 4, p. 85–91, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1136/vr.g143>

Gil, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2011. Disponível em: <https://www.atlas.com.br/metodos-e-tecnicas-de-pesquisa-social>

Good, B. J. Medicine, rationality, and experience: an anthropological perspective. **Cambridge: Cambridge University Press**, 1994. Disponível em: <https://doi.org/10.1017/CBO9780511811029>

Larrea-Killinger, C.; Rego, R. F.; Strina, A.; Barreto, M. L. Epidemiologists working together with anthropologists: lessons from a study to evaluate the epidemiological impact of a city-wide sanitation program. **Ciência & Saúde Coletiva**, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-311X2013000300005>

Lerner, H.; Berg, C. A comparison of three holistic approaches to health: One Health, EcoHealth, and Planetary Health. **Frontiers in Veterinary Science**, v. 4, p. 163, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.3389/fvets.2017.00163>

Minayo, M. C. S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 10. ed. São Paulo: Hucitec, 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-81232007000400030>

Organização Pan-Americana da Saúde. **Saúde única: uma abordagem integrada**. Washington, D.C.: OPAS, 2020. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/saude-unica>

Paim, J. S. **Reforma sanitária brasileira: contribuição para a compreensão e crítica**. Salvador: EDUFBA, 2006. Disponível em: <https://www.edufba.ufba.br/reforma-sanitaria-brasileira>

Pires, E. G.; Lavallo, R. R.; Voigt, L. R.; Serafim, F.; Leal, M. C.; Lui, M. **Participatory health governance and HIV/Aids in Brazil**. Latin American Politics and Society, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/laps.12017>

Souza, P. C. A.; Schneider, M. C.; Simões, M.; Fonseca, A. G.; Vilhena, M. **A concrete example of the One Health approach in the Brazilian Unified Health System**. *Frontiers in Public*

Health, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.3389/fpubh.2021.618234>

Stärk, K. D. C.; Arroyo Kuribreña, M.; Dauphin, G.; Vokaty, S.; Ward, M. P. **One Health surveillance – more than a buzz word?** Preventive Veterinary Medicine, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.prevetmed.2015.07.016>

Thiollent, M. **Metodologia da pesquisa-ação**. 18. ed. São Paulo: Cortez, 2008. Disponível em: <https://www.cortezeditora.com.br/metodologia-da-pesquisa-acao>

WHO – World Health Organization. **One Health**. Geneva: WHO, 2020. Disponível em: <https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/one-health>

Wolf, M. Is there really such a thing as “one health”? Thinking about a more-than-human world from the perspective of cultural anthropology. **Social Science & Medicine**, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.socscimed.2014.06.018>

A EXPERIMENTAÇÃO COMO FERRAMENTA PARA ALFABETIZAÇÃO CIENTÍFICA NO ENSINO FUNDAMENTAL

EXPERIMENTATION AS A TOOL FOR SCIENTIFIC LITERACY IN ELEMENTARY EDUCATION

Fabiana Noronha Dornelles¹

Gustavo Griebner²

Maérly K. S. de Oliveira³

Gabrielle Delfrate⁴

Nathália Ronconi Zilli Krüger⁵

Amanda Simas⁶

Helena I. Cimarosti⁷

Daniel Fernandes⁸

Regina de Sordi⁹

RESUMO

O estudo relata o projeto de extensão "Pequenos GRANDES Cientistas", cujo objetivo foi motivar estudantes de 6 a 7 anos a desenvolver experimentos aplicando o método científico e contribuir para a desmistificação da ciência. Professores, graduandos e pós-graduandos elaboraram experimentos e materiais de divulgação científica para encontros em escolas públicas. A motivação dos alunos foi avaliada qualitativamente por meio da participação nas atividades. Como resultado, verificou-se maior interesse das crianças pelo método científico e um envolvimento ativo no aprendizado.

PALAVRAS-CHAVE: Divulgação científica; Ciência; Educação; Extensão Universitária; Método científico.

¹ Farmacêutica Bioquímica, Mestra em Biologia Celular e Molecular, Doutora em Farmacologia, Pesquisadora UFSC. E-mail: noronhafabi@gmail.com

² Graduando em Ciências Biológicas da UFSC. E-mail: gustavogriebner@gmail.com

³ Bióloga, Mestranda em Farmacologia pela FAPESC na UFSC. E-mail: maerlykso@gmail.com

⁴ Mestra em Ciências da Saúde, Doutora em Farmacologia, pós-doutoranda FAPESC na UFSC. E-mail: g_delfrate@hotmail.com

⁵ Mestra e Doutora em Biologia Celular e do Desenvolvimento, professora de Educação Básica da SEDSC. E-mail: nathaliarzk@gmail.com

⁶ Graduanda em Ciências Biológicas da UFSC. E-mail: simas.amandaaa@gmail.com

⁷ Mestra e Doutora em Bioquímica, professora universitária da UFSC. E-mail: helena.cimarosti@ufsc.br

⁸ Mestre e Doutor em Farmacologia, professor universitário da UFSC. E-mail: fernandes.d@ufsc.br

⁹ Mestra e Doutora em Farmacologia, professora universitária da UFSC. E-mail: r.sordi@ufsc.br

ABSTRACT

The study reports the outreach project "Little Big Scientists", whose objective was to motivate students aged 6 to 7 to develop experiments using the scientific method and contribute to the demystification of science. Teachers, undergraduates and postgraduates designed experiments and scientific dissemination materials for meetings in public schools. The students' motivation was assessed qualitatively through their participation in the activities. As a result, children showed greater interest in the scientific method and active involvement in learning.

KEYWORDS: Education; Science; Scientific dissemination; University extension; Scientific method.

INTRODUÇÃO

A alfabetização científica, prevista nas diretrizes curriculares Nacionais da Educação Básica (Brasil, 2013), é um dos pilares essenciais para o desenvolvimento do pensamento crítico e para a compreensão do papel da ciência no cotidiano (Sasseron; Carvalho, 2011). A abordagem da ciência por meio da experimentação pode facilitar o processo de escolarização das crianças nos anos iniciais do ensino fundamental, tornando o aprendizado mais dinâmico e significativo, contribuindo para a construção do conhecimento e a formação do indivíduo reflexivo e questionador (Massarani, 2008).

A escola, como unidade formadora, desempenha um papel central na democratização do acesso ao conhecimento científico. Desde os primeiros anos da educação formal, é fundamental que as instituições de ensino promovam um ambiente que favoreça a construção do pensamento científico e crítico, permitindo que os alunos compreendam a linguagem da ciência e saibam aplicá-la no dia a dia. Para isso, é necessário não apenas disponibilizar infraestrutura adequada, mas também oferecer situações propícias ao aprendizado, materiais e atividades, e apoio para as crianças promoverem seu desenvolvimento social, cognitivo e emocional (Kaehler et al., 2020). Neste contexto, os professores devem ser preparados para oportunizar esse processo formativo aos estudantes por meio de práticas pedagógicas que integrem conceitos e fundamentos e favoreçam a apropriação de conhecimentos científicos de maneira significativa aos alunos (Andrade; Abílio, 2018). Entre essas práticas, a experimentação tem um papel crucial no ensino de ciências, pois proporciona vivências concretas que estimulam a curiosidade e incentivam a investigação ativa (Massarani, 2008). Estudos recentes destacam que o desenvolvimento do raciocínio causal e a experimentação são fatores indispensáveis para fortalecer a alfabetização científica e melhorar a compreensão dos estudantes sobre fenômenos naturais e cotidianos (Koch et al., 2022; Lawson et al., 2023).

Nos anos iniciais do ensino fundamental, a experimentação deve ser utilizada como uma estratégia para conectar os conteúdos escolares à realidade dos estudantes, permitindo que compreendam a aplicabilidade dos conceitos científicos no seu cotidiano. Além disso, atividades experimentais contribuem para estimular a criatividade, desenvolver habilidades

cognitivas e aprimorar a capacidade de resolução de problemas (Ottz et al., 2013). Para alcançar esses objetivos, é essencial criar desafios cognitivos e estabelecer conexões entre a atividade executada e o conhecimento conceitual (Hodson, 1994).

O método científico tem se mostrado uma ferramenta muito eficaz para o entendimento de fenômenos naturais e para a construção do conhecimento. Ao seguir suas etapas — observação, formulação de perguntas e hipóteses, experimentação, análise de resultados e comunicação das descobertas — os estudantes não apenas aprendem conceitos científicos, mas também desenvolvem uma postura investigativa e reflexiva diante do mundo. Estudos recentes indicam que jogos educativos e ferramentas interativas, como a realidade aumentada, podem contribuir para facilitar a construção desse conhecimento entre crianças (Zhang et al., 2023; Santos et al., 2024).

Para que os estudantes se tornem cidadãos críticos e conscientes, capazes de tomarem decisões fundamentadas sobre a ciência, é essencial que a alfabetização científica seja estimulada desde os primeiros anos do ensino fundamental (Viecheneski; Carletto, 2013). O desenvolvimento infantil ocorre em diferentes fases, nas quais há uma evolução gradual da compreensão de conceitos básicos para noções mais complexas (Piaget, 1994). No período entre 7 e 11 anos, a criança tem facilidade para lidar com a lógica, conseguindo resolver problemas expositivos, porém, ainda têm dificuldade para resolver problemas abstratos (Lücke, 2019). Portanto, atividades experimentais e práticas favorecem um aprendizado mais efetivo.

O presente estudo é um relato de experiência do projeto de extensão “Pequenos GRANDES Cientistas” desenvolvido pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) com o objetivo de introduzir estudantes de 6 a 7 anos ao método científico. O projeto buscou tornar os estudantes dos anos iniciais do ensino fundamental protagonistas do seu aprendizado, fomentando a curiosidade e o pensamento crítico desde a infância, além de estimular a formação de cidadãos críticos e engajados na sociedade.

METODOLOGIA

O presente estudo caracteriza-se como um relato de experiência. As atividades didáticas e experimentais foram realizadas na Escola Básica Municipal (EBM) Adotiva Liberato Valentim, em Florianópolis (SC), com quatro turmas do 1º ano do ensino fundamental. A indicação da escola foi realizada pela Secretaria Municipal de Educação com base na proximidade à UFSC e na ausência de um laboratório de ciências na instituição.

O projeto contou com a participação de professores, estudantes de graduação e pós-graduação da UFSC, além da professora de ciências da EBM Adotiva Liberato Valentim. Foram elaborados protocolos experimentais e materiais didáticos incluindo um caderno de experimentos, além de jogos pedagógicos com a temática de ciência. Todos os experimentos foram testados previamente para garantir a segurança e adequação à faixa etária dos participantes.

As atividades experimentais foram realizadas na escola em dois encontros com cada

turma do 1º ano do ensino fundamental, totalizando 100 crianças, distribuídas nos períodos matutino e vespertino. Para a realização das atividades pedagógicas, cada participante recebeu um avental, óculos de proteção e um caderno de experimentos (Sordi et al., 2023; Figura 1) e foi convidado a ser cientista por um dia. O caderno foi elaborado pelos autores com ilustrações de todos os experimentos, além de desenhos para colorir e atividades complementares com a temática científica, como o jogo dos sete erros, liga-pontos, jogo da memória, jogo de tabuleiro e bingo temático (Figura 2).

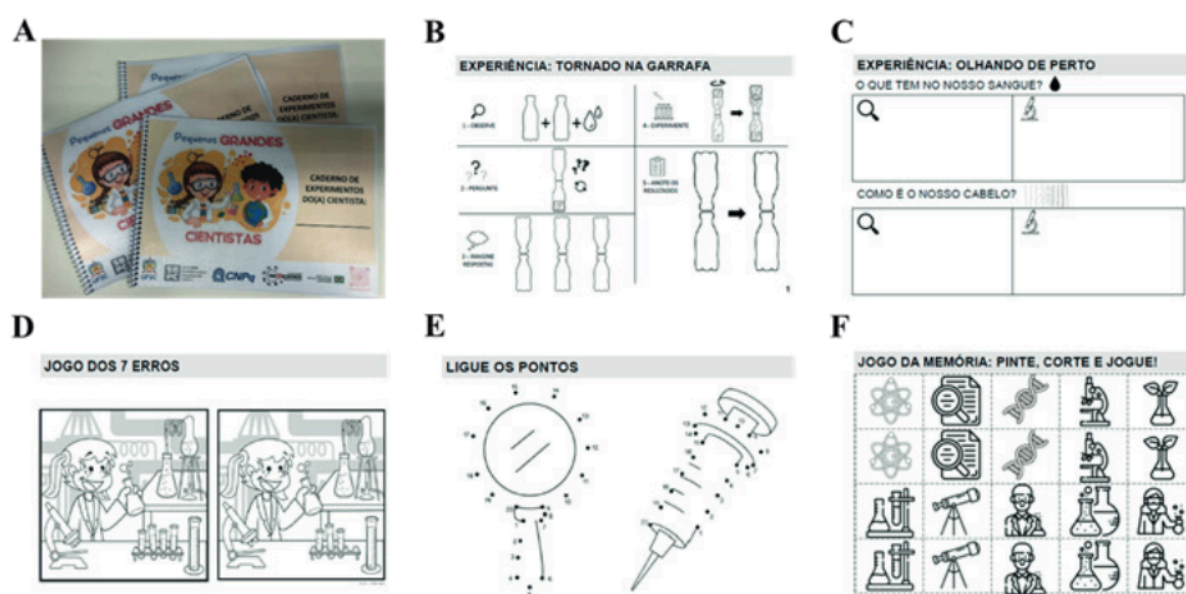


Figura 1 – Caderno de experimentos utilizado no projeto. (A) Fotografia do caderno de experimentos fechado; (B) e (C) Exemplos de páginas com descrição dos experimentos; (D), (E) e (F) Exemplos de páginas contendo as atividades complementares relacionadas à temática científica.

Fonte: Compilação dos autores.

Os experimentos abordaram conceitos de química, física e biologia e foram realizados no auditório da escola, com duração média de 2 horas. No primeiro encontro, foram montadas 3 estações com uma ou duas experiências em cada (Figura 3). Os estudantes de cada turma foram divididos em 3 grupos com aproximadamente 8 crianças em cada, e visitaram todas as estações de maneira alternada e consecutiva. No segundo encontro, realizado 15 dias após o primeiro, foram propostos novos experimentos dentro do mesmo formato de rodízio. Os estudantes foram incentivados a registrar suas observações por meio de desenhos e anotações em seus cadernos de experimentos, promovendo a reflexão sobre o método científico de forma lúdica e acessível.

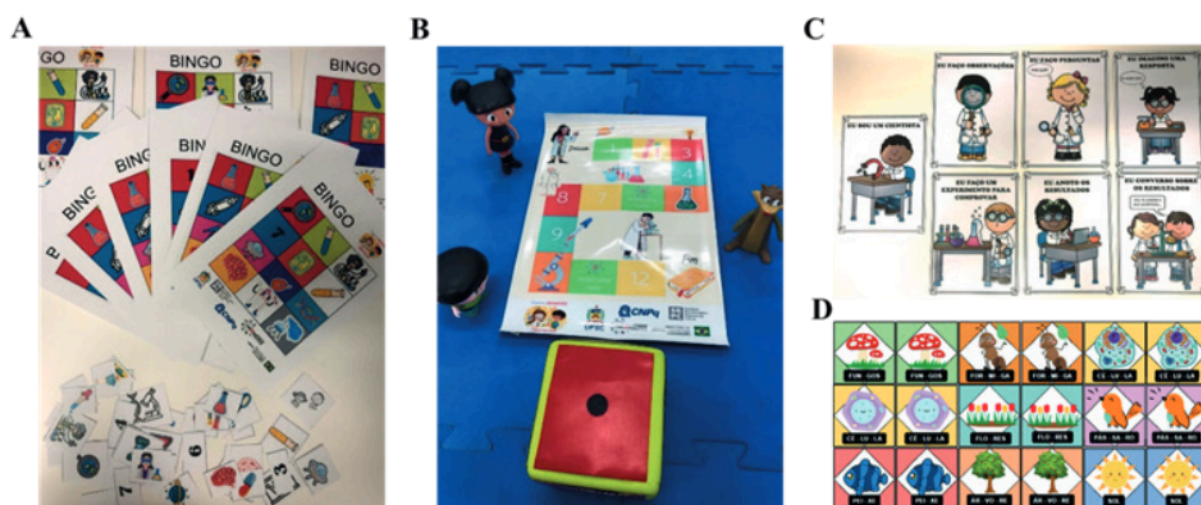


Figura 2 – Outros materiais didáticos desenvolvidos no projeto. (A) Bingo de ciências; (B) Jogo de tabuleiro; (C) Cartas ilustrativas sintetizando o método científico e a atuação de um cientista; (D) Jogo da memória.
Fonte: Compilação dos autores.



Figura 3 – Estações de atividades organizadas durante o projeto. Cada turma de 25 alunos foi dividida em 3 estações experimentais, com grupos de aproximadamente 8 a 9 crianças cada. As crianças permaneceram em cada estação por cerca de 30 minutos, realizando diferentes experimentos e alternando entre as atividades.
Fonte: Os autores.

No total, cada turma realizou 10 experimentos diferentes, incluindo as observações em microscópio (Quadro 1). É possível observar no Quadro 1 a distribuição dos experimentos entre as estações temáticas e os períodos de realização, detalhando a sequência das atividades desenvolvidas com os estudantes. Na primeira estação foram realizados os experimentos com temas de solubilidade, eletricidade estática e reações químicas (Figura 4). Por serem mais complexas, essas atividades foram executadas pelos pesquisadores sob a observação atenta das crianças. Na segunda estação, as crianças trabalharam com seu próprio material, realizando observações a partir dos testes da mistura de cores, da densidade e tensão superficial da água (Figura 5). Na estação 3 foi realizada uma avaliação comparativa da visualização de materiais como sangue, cabelo, pólen, cebola e animais invertebrados (aranha e borboleta) na lupa (macro) e microscópio óptico (micro) (Figura 6).

Quadro 1 – Cronograma das atividades experimentais			
	Estação 1	Estação 2	Estação 3
Encontro 1	Tornado na garrafa	Mistura de cores	Visualização das células do sangue e do cabelo com microscópio e/ou lupa
Encontro 2	Eletricidade estática/ Reações químicas	Boia ou afunda/ Tensão superficial da água	Visualização de artrópodes, células da cebola e pólen com microscópio e/ou lupa

Fonte: Os autores.

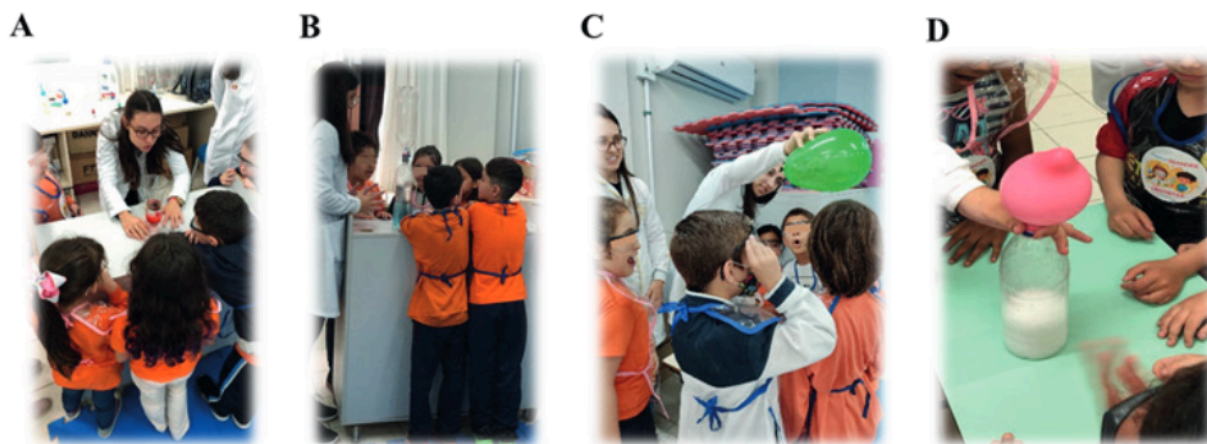


Figura 4 – Experimentos realizados na estação 1. Estão ilustrados experimentos dos dois encontros. (A) Solubilidade (mistura ou não mistura); (B) Tornado na garrafa; (C) Eletricidade estática (cabelo arrepiado); (D) Reações químicas (a bexiga que enche sozinha).
Fonte: Compilação dos autores.

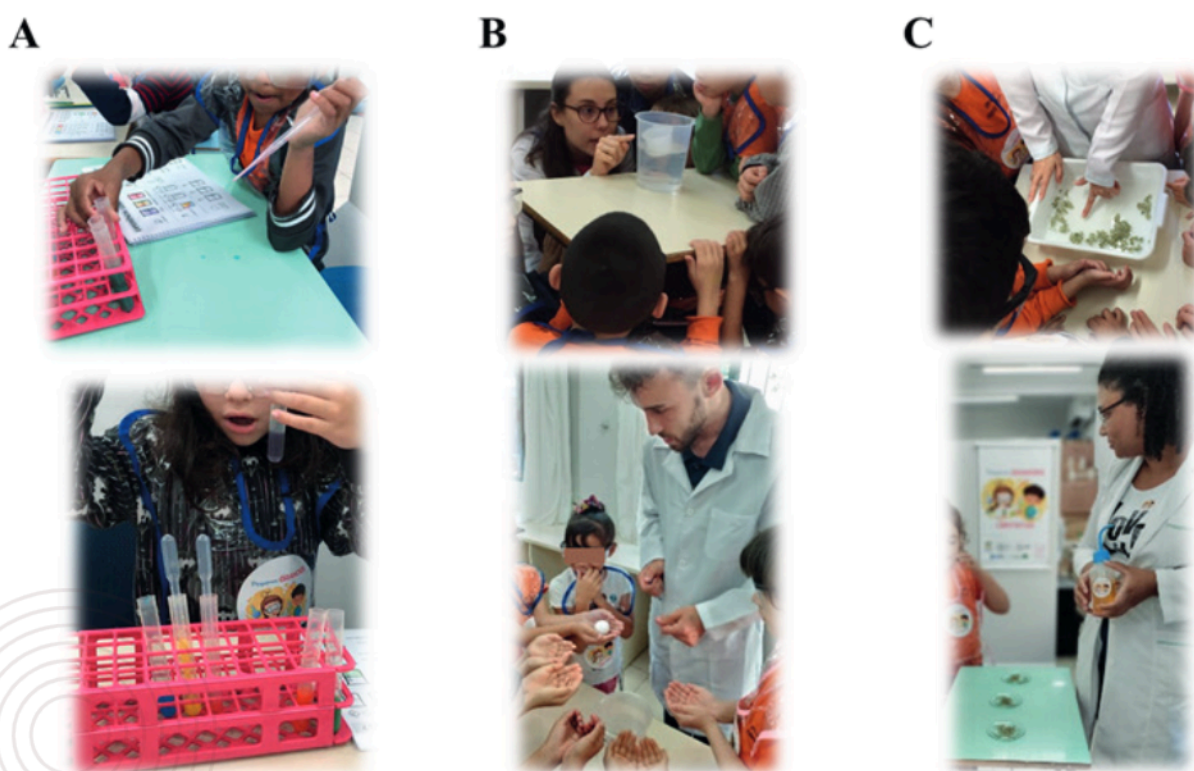


Figura 5 – Experimentos realizados na estação 2. Estão ilustrados experimentos dos dois encontros. (A) Mistura de cores (formação das cores secundárias); (B) Densidade (boia ou afunda); (C) Tensão superficial da água (dedo de orégano).
Fonte: Compilação dos autores.

A**B****C****D**

Figura 6 – Experimentos realizados na estação 3. Estão ilustrados experimentos dos dois encontros. (A) e (B) Observação com lupa; (C) e (D) Observação em microscópio óptico, permitindo a análise detalhada de estruturas biológicas.

Fonte: Compilação dos autores.

O método científico foi apresentado de forma lúdica e divertida em todos os experimentos. Durante a realização de cada experimento, os pesquisadores enfatizaram as etapas do método científico e instigaram as crianças a observar e perguntar, criar hipóteses, imaginar desfechos, experimentar e conversar sobre os resultados. As crianças tiveram a oportunidade de realizar vários experimentos práticos e individuais. Ao final de cada experimento, os estudantes registraram, por meio de desenhos, suas observações e conclusões em seus cadernos de experimentos (Figura 7).

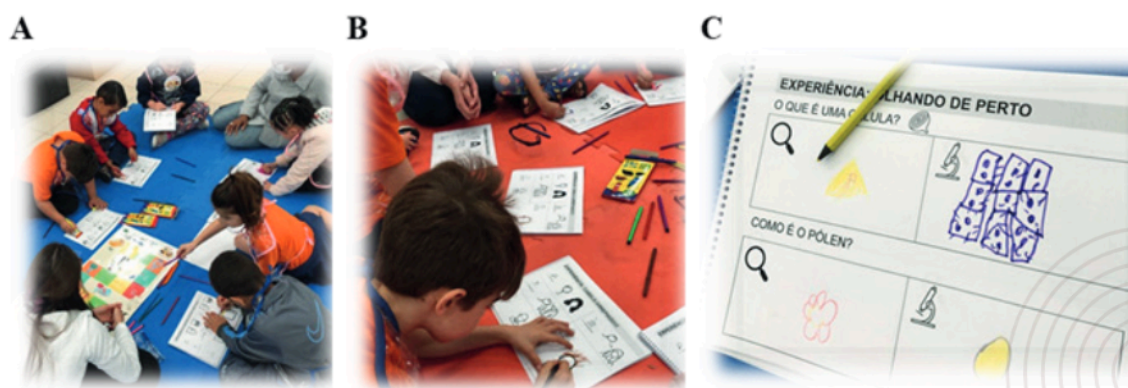


Figura 7 – Os “Pequenos GRANDES Cientistas” registrando os resultados nos seus cadernos de experimentos.

Fonte: Compilação dos autores.

As impressões foram registradas por meio da observação dos encontros e dos registros feitos pelas crianças em seus cadernos. Além disso, os professores das turmas forneceram feedback sobre o impacto da experiência no aprendizado dos estudantes, o que nos permitiu perceber a eficácia do projeto na promoção da alfabetização científica nos anos iniciais do ensino fundamental.

RESULTADOS

Os resultados do presente trabalho indicam que a abordagem experimental contribuiu para o aumento do interesse das crianças pelo método científico e para a participação ativa nas atividades. Durante os encontros, os estudantes demonstraram entusiasmo ao formular, testar hipóteses e discutir os fenômenos observados, evidenciando um aprendizado mais dinâmico e engajador.

Os registros nos cadernos de experimentos revelaram que a maioria das crianças conseguiu representar visualmente os fenômenos estudados e descrever suas percepções por meio de desenhos e anotações. Essa abordagem favoreceu um aprendizado significativo, permitindo que os estudantes conectassem os conceitos científicos ao seu cotidiano. Além disso, as crianças demonstraram evolução na capacidade de observação e formulação de hipóteses ao longo das atividades.

É importante salientar que as práticas pedagógicas foram realizadas com estudantes em processo de alfabetização, logo, cada indivíduo se encontrava em diferentes níveis de habilidade de escrita e leitura. Portanto, o material didático foi elaborado predominantemente com desenhos para que fosse facilmente compreendido e utilizado por todas as crianças. Além disso, ao final das atividades, os estudantes puderam levar para casa os materiais, permitindo que a experiência se estendesse além do ambiente escolar e promovendo a disseminação do conhecimento.

DISCUSSÃO

Os professores do ensino fundamental nem sempre compreendem o método científico, o experimento e a pesquisa como métodos pedagógicos, pois, muitas vezes, não fazem parte de suas formações acadêmicas (Kochhann et al., 2020). Para que a educação baseada na pesquisa seja eficaz, é essencial que os profissionais da educação tenham contato com a prática investigativa, reforçando a importância da presença de professores com formação em ciências nas escolas de ensino fundamental (Demo, 2008; Silva; Braidante, 2018). Durante a execução dos experimentos com as crianças, as professoras das turmas também acompanharam os estudantes e se encantaram com suas descobertas. Algumas, inclusive, tiveram a oportunidade de utilizar um microscópio pela primeira vez, compartilhando a experiência com as crianças.

Um aspecto que chamou atenção foi a recusa de um estudante a participar das atividades, mesmo no segundo encontro, após o relato positivo dos colegas de turma. Ele demonstrou falta de confiança e medo pela presença dos cientistas, reforçando a importância de aproximar os pesquisadores das crianças desde a primeira infância, para evitar a formação de concepções equivocadas sobre a figura do cientista e seu papel na sociedade. Esse achado está em consonância com estudos recentes que destacam a relevância do contato precoce com a ciência para a desconstrução de estereótipos e para a promoção da alfabetização científica (Koch et al., 2022; Lawson et al., 2023). Além disso, observou-se que alguns alunos com transtorno do espectro autista (TEA) participaram das atividades, superando possíveis barreiras iniciais e demonstrando interesse nas experimentações.

A execução da primeira edição do “Pequenos GRANDES Cientistas” mostrou que o projeto é uma ferramenta eficaz para despertar o interesse das crianças pela ciência e introduzir o conhecimento científico de forma lúdica e educativa. Estudos indicam que iniciativas de divulgação científica são fundamentais para a formação de futuros cientistas e para o letramento científico de estudantes desde a educação básica (Cunha et al., 2017; Macacare et al., 2018). Essas ações promovem a inserção do método científico na rotina escolar e estimulam a curiosidade natural das crianças.

O material desenvolvido conseguiu engajar efetivamente os alunos do 1º ano do ensino fundamental, proporcionando uma introdução à alfabetização científica. Os experimentos realizados na escola favoreceram a aprendizagem das crianças, contribuindo para aguçar suas curiosidades e questionamentos quanto a assuntos relacionados às ciências naturais e seu papel no cotidiano. Além disso, a experiência contribuiu para desmistificar a figura do cientista e aproximar a ciência da realidade dos estudantes. Estudos recentes demonstram que abordagens experimentais e interativas são essenciais para consolidar a alfabetização científica e estimular o pensamento crítico nos primeiros anos escolares (Zhang et al., 2023; Santos et al., 2024).

As professoras relataram que os estudantes passaram a demonstrar maior curiosidade e questionamento em sala de aula após a realização dos experimentos. Segundo seus relatos, o projeto incentivou o desenvolvimento do pensamento crítico e a capacidade de investigação dos estudantes, estimulando o interesse por novas descobertas científicas. A professora de ciências relatou que foi repetidamente abordada pelos estudantes de outras

turmas que não participaram do projeto (2º e 3º ano), para que desenvolvessem atividades experimentais. A interação com os pesquisadores da UFSC também foi considerada enriquecedora, ampliando o repertório pedagógico dos docentes e incentivando novas práticas educacionais baseadas na experimentação.

Os resultados positivos obtidos com essa experiência incluem: (1) a conscientização das crianças sobre o que é um cientista e a existência dos mesmos; (2) a iniciação das crianças ao método científico; (3) a apresentação dos diferentes conceitos de biologia, química e física através da realização de experimentos simples conduzidos por pesquisadores da UFSC; (4) o estímulo à criatividade, ao questionamento e a descoberta de maneira lúdica e divertida; (5) a aproximação dos estudantes de graduação e pós-graduação com a comunidade escolar e a sociedade no entorno da UFSC, incentivando a troca de conhecimentos e experiências.

Apesar dos impactos positivos, algumas limitações foram identificadas. O tempo reduzido para a realização dos experimentos restringiu a possibilidade de aprofundamento em alguns conceitos científicos. A ausência de um laboratório de ciências na escola impôs desafios logísticos, reforçando a necessidade de investimentos em infraestrutura para o ensino experimental. Além disso, não foi utilizada uma ferramenta quantitativa para mensurar o impacto do projeto na aprendizagem das crianças. A longo prazo, seria interessante adotar estratégias de acompanhamento para avaliar as consequências da participação das crianças no projeto sob o seu desenvolvimento cognitivo e científico.

Como conclusão, os achados do estudo corroboram pesquisas recentes que enfatizam a importância da experimentação na alfabetização científica. O projeto demonstrou o potencial das atividades experimentais na construção do conhecimento e no estímulo à curiosidade e ao pensamento crítico desde os anos iniciais do ensino fundamental.

AGRADECIMENTOS

Todo o material utilizado nas escolas foi financiado com recursos da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) através do programa “SBPC vai à escola”, com recursos do CNPq e MCTI através da “Semana Nacional de Ciência e Tecnologia” da UFSC (CNPq/MCTI Nº 06/2021), e pelo Programa de Extensão da Educação Superior na Pós-Graduação da CAPES (PROEXT-PG, auxílio nº 1076/2024, Processo Nº 88881.926992/2023-01).

À Fundação de Amparo à Pesquisa de Santa Catarina (FAPESC) pela bolsa concedida as autoras G.D. e M.K.S.O. (Edital nº 25/2025 e 61/2024, respectivamente)

REFERÊNCIAS

ANDRADE, M. J. D.; ABÍLIO, F. J. P. Alfabetização Científica no Ensino de Biologia: uma leitura fenomenológica de concepções docentes. **Revista Brasileira de Pesquisa em Educação em Ciências**, p. 429–453, 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. **Brasília: Secretaria da Educação Básica**, 2013.

CUNHA, M. B. et al. "COMQUÍMICA das Crianças": um projeto de iniciação à ciência. **Revista Brasileira de Extensão Universitária**, v. 8, n. 2, p. 113–120, 2017.

DEMO, P. **Educar pela pesquisa**. 8. ed. Campinas: Autores Associados, 2008.

HODSON, D. Hacia un enfoque más crítico del trabajo de laboratorio. **Enseñanza de las Ciencias**, v. 12, n. 3, p. 299–313, 1994.

KAEHLER, J.; HAHN, I.; KOELLER, O. The development of early scientific literacy gaps in kindergarten children. **International Journal of Science Education**, v. 42, n. 12, p. 1988–2007, 2020.

KOCH, H.; RICHTER, D.; SCHULZ, M. Contributions of Causal Reasoning to Early Scientific Literacy. **Journal of Science Education Research**, v. 48, p. 112–130, 2022.

KOCHHANN, J. Z.; RICACHESKI, L. D.; HENKEL, Q. M. Iniciação científica na educação infantil: as dificuldades ao trabalhar pesquisa com os alunos das turmas de jardim de infância. **Revista Insignare Scientia**, v. 3, n. 3, p. 241–254, 2020.

LAWSON, A. E.; SMITH, J.; REEVES, M. Individual Differences in Children's Development of Scientific Reasoning. **International Journal of Science and Education**, v. 56, n. 2, p. 198–215, 2023.

LÜCKE, N. C. F. S. A importância do estímulo no desenvolvimento da criança. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**, v. 4, p. 33–44, 2019.

MACACARE, O. T. et al. Ciência: alimento para o cérebro – uma proposta multidisciplinar de popularização da ciência. **Revista Diálogos**, v. 22, n. 1, p. 7–18, 2018.

MASSARANI, L. (Ed.). **Ciência e criança: a divulgação científica para o público infantojuvenil**. Museu da Vida COC Fiocruz, 2008.

OTTZ, P. R. C.; PINTO, A. H.; AMADO, M. V. Alfabetização científica no ensino fundamental a partir da aprendizagem baseada na resolução de problemas. In: **Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências**, Águas de Lindóia, SP, 2013.

PIAGET, J. **O juízo moral na criança**. São Paulo: Summus, 1994.

SANTOS, J. P.; LIMA, M. C.; FERREIRA, D. Improving Science Literacy and Education through Interactive Learning. **Science Education Review**, v. 31, p. 72–90, 2024.

SASSERON, L. H.; CARVALHO, A. M. P. Alfabetização científica: uma revisão bibliográfica. **Investigações em Ensino de Ciências**, v. 16, n. 1, p. 59–77, 2011.

SILVA, J. A. S.; BRAIDANTE, M. E. F. Aprendizagem significativa: concepções na formação inicial de professores de Ciências. **Revista Insignare Scientia**, v. 1, n. 1, 2018.

SORDI, R. (org.) et al. **Pequenos grandes cientistas: caderno de experimentos 1**. 1. ed. Florianópolis: UFSC, 2023. v. 1, 31 p. ISBN 978-85-8328-233-4.

VIECHENESKI, J. P.; CARLETTO, M. Por que e para quê ensinar ciências para crianças. **Revista Brasileira de Ensino em Ciência e Tecnologia**, v. 6, n. 2, 2013.

ZHANG, L.; WU, H.; CHEN, Y. An Augmented Reality Serious Game for Children's Optical Science Education. **Educational Technology & Society**, v. 27, p. 48–65, 2023.

